

**Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

ISCAC | 2017

Jorge Miguel Domingos Jorge

Jorge Miguel Domingos Jorge

O impacto da garantia mútua na mitigação do risco de crédito no grupo Crédito  
Agrícola

O impacto da garantia mútua na mitigação do risco de crédito no grupo Crédito Agrícola

Coimbra, Abril de 2017





# **Instituto Politécnico de Coimbra**

Instituto Superior de Contabilidade  
e Administração de Coimbra

**Jorge Miguel Domingos Jorge**

## **O impacto da garantia mútua na mitigação do risco de crédito no grupo Crédito Agrícola**

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Auditoria Empresarial e Pública, realizada sob a orientação do Professor Doutor Bruno José Machado de Almeida e coorientação de Pedro Alexandre da Silva Pinheiro Moitinho.

Coimbra, Abril de 2017

## **TERMO DE RESPONSABILIDADE**

Declaro ser o autor desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação

*“All of life is the management  
of risk, not its elimination.”*

Walter Wriston

*“To get profit without risk,  
experience without danger  
and reward without work is as  
impossible as it is to live  
without being born.”*

A.P. Gouthey

## AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar os meus agradecimentos a quem, de uma forma ou de outra, me ajudou na elaboração deste trabalho, gostaria de explicar o significado de gratidão segundo o Tratado da Gratidão de São Tomás de Aquino, com base nas palavras proferidas pelo Professor Doutor António Sampaio da Nóvoa, ex-reitor da Universidade de Lisboa, numa conferência sobre o tema “ Formar professores para o futuro”, no âmbito do III Encontro PIBID UNESPAR em 2014, que passo a citar:

“Há uns dias atrás estava eu pensando o que dizer para os meus companheiros de trabalho com tudo o que me têm dado, e tem sido muito. E lembrei-me do Tratado da Gratidão de São Tomás de Aquino. Esse Tratado tem três níveis de gratidão: um nível superficial, um nível intermédio e um nível mais profundo.

O nível superficial é o nível do reconhecimento, do reconhecimento intelectual, do nível cerebral, do nível cognitivo. O segundo nível é o nível do agradecimento, do dar graças a alguém por aquilo que esse alguém fez por nós. E o terceiro nível mais profundo do agradecimento é o nível do vínculo, é o nível do sentirmo-nos vinculados e comprometidos com essas pessoas.

E de repente descobri uma coisa na qual eu nunca tinha pensado, que em inglês ou em alemão se agradece no nível mais superficial da gratidão. Quando se diz *thank you* ou quando se diz *zu danken* estamos a agradecer no plano intelectual.

Que na maior parte das outras línguas europeias, quando se agradece, agradece-se no nível intermédio da gratidão.

Quando se diz *merci* em francês, quer dizer dar uma mercê, dar uma graça. Eu dou-lhe uma mercê, estou-lhe grato, dou-lhe uma mercê por aquilo que me trouxe, por aquilo que me deu. Ou *gracias* em espanhol, ou *grazie* em italiano. Dou-lhe uma graça por aquilo que me deu e é nesse sentido que eu lhe agradeço, é nesse sentido que eu lhe estou grato.

E que só em português, que eu saiba, é que se agradece no terceiro nível, o nível mais profundo do tratado da gratidão. Nós dizemos obrigado. E obrigado, quer dizer isso mesmo. Fico-vos obrigado. Fico obrigado perante vós. Fico vinculado perante vós. Fico-vos comprometido a um diálogo. É esse diálogo, enfim, que quero e é nesse preciso sentido que eu lhes digo: muito obrigado.”

Após esta explicação, pretendo dizer muito obrigado em primeiro lugar à minha família, em particular aos meus filhos Pedro Santiago e Rodrigo Alexandre, atualmente com 7 e 3 anos respetivamente, pelo tempo que deixaram de estar comigo para que eu me dedicasse a este trabalho (espero que eles me perdoem), à minha mulher Andreia pela sua compreensão relativamente às minhas ausências, na força anímica que me deu nos momentos de algum *stress*, inquietude, dúvida e outros pelos quais passei.

Muito obrigado ao meu orientador Professor Doutor Bruno de Almeida e coorientador Pedro Moitinho pelo apoio e orientação que ambos me dedicaram, ao Senhor Engenheiro António João Mota Cachulo da Trindade pela disponibilidade, colaboração e apoio na obtenção de dados financeiros perante a entidade Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, ao Doutor Rui Baltazar por todo o esforço desenvolvido no sentido de fornecer os dados financeiros, por mim solicitados, de forma rigorosa e célere, e à Doutora Cláudia Cantante pela sua colaboração de âmbito formal da dissertação.

Por último, muito obrigado a todos os meus professores e colegas de mestrado, por todos os momentos com eles vividos, num ambiente de inteira colaboração, entreajuda e companheirismo.

A todos, muito obrigado.

## **RESUMO**

Pretende-se com a presente dissertação avaliar o impacto da garantia mútua na mitigação do risco de crédito no grupo Crédito Agrícola (CA).

Foi efetuado um enquadramento da atualidade económica e financeira mundial, abordando a crise de 2008. Da forma como essa crise pressionou o setor financeiro, colocando em questão a sua solidez e sustentabilidade. O setor financeiro deparou-se com grandes desafios nomeadamente de gestão bancária, que passam por adotar parâmetros de rigor e transparência, especificamente associados à gestão de risco.

A atividade bancária está exposta a diversos riscos, assumindo o risco de crédito como o mais relevante. Existem diversos mitigantes do risco de crédito, sendo a figura da garantia a mais adotada. São abordados diversos tipos de garantia com especial destaque para a garantia mútua.

É abordada a génese dos sistemas mutualistas, o sistema português de garantia mútua e o CA.

Analizados os dados financeiros recolhidos no Banco de Portugal (BdP), SPGM – Sociedade de Investimento, SA (SPGM) e CA.

Os resultados obtidos permitiram concluir que a garantia mútua é mitigante do risco de crédito e contribui para a melhoria do desempenho do setor financeiro.

O presente estudo não foi conclusivo no que respeita à evolução recente (2010-2015) da emissão de garantias mútuas em contraciclo com a evolução do crédito em Portugal, e quanto à razão do CA não ter acompanhado o ritmo do setor bancário português na utilização deste mitigante, questões a serem exploradas em trabalhos futuros ou por outros investigadores.

Palavras-chave: atividade bancária, risco de crédito, garantia mútua



## **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to evaluate the impact of mutual guarantee on credit risk mitigation in the Crédito Agrícola (CA) group.

A framework of current global economic and financial conditions was adopted, approaching the crisis of 2008. How this crisis put pressure on the financial sector, calling into question its solidity and sustainability. The financial sector was faced with major challenges, mainly bank management, which adopted rigor and transparency parameters, specifically associated with risk management.

Banking activity is exposed to several risks, assuming credit risk as the most relevant. There are several factors that mitigate credit risk, being guarantees the most significant one. Thought-out this dissertation several types of warranty are addressed, with particular emphasis to the mutual guarantee.

It addresses the genesis of mutualist systems, the Portuguese mutual guarantee system and the CA.

To this study we analyzed financial data collected by Banco de Portugal (BdP), SPGM - Sociedade de Investimento, SA (SPGM) and CA.

The results obtained allowed us conclude that the mutual guarantee is a mitigating factor to the credit risk and contributes to the improvement of the financial sector performance.

The present study was not conclusive regarding the recent evolution (2010-2015) related to the issuing of mutual guarantees in opposition with the evolution of credit in Portugal, and as to why the CA did not keep pace with the Portuguese banking sector in the use of this mitigation risk factor, questions to be explored in future work or by other researchers.

**Keywords:** banking activity, credit risk, mutual guarantee

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO .....	1
1 CAPÍTULO - O BANCO, A ATIVIDADE BANCÁRIA, OS RISCOS E GARANTIAS .....	3
1.1 Enquadramento económico e financeiro mundial.....	3
1.2 O banco e a atividade bancária.....	4
1.3 Os riscos e as garantias .....	5
1.3.1 O risco de crédito.....	8
1.3.2 As garantias.....	10
2 CAPÍTULO - A GARANTIA MÚTUA.....	15
2.1 A génese dos sistemas mutualistas.....	15
2.2 O sistema português de garantia mútua .....	16
2.2.1 A génese do sistema português de garantia mútua .....	16
2.2.2 O quadro legal do sistema português de garantia mútua .....	21
2.2.3 A garantia mútua na atualidade .....	21
3 CAPÍTULO - O CRÉDITO AGRÍCOLA .....	23
3.1 História.....	23
3.2 Grandes números do Crédito Agrícola.....	30
4 CAPÍTULO - A GARANTIA MÚTUA NA MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO NO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA.....	35
4.1 Dados financeiros.....	35
4.2 Análise de dados .....	35
4.3 Resultados .....	50
CONCLUSÃO .....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	54

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1- Tipos de riscos na atividade bancária .....	6
Quadro 3.1 - <i>Ranking</i> dos bancos a atuar em Portugal - Revista <i>The Banker</i> .....	26
Quadro 3.2 - Rácios de capital .....	32
Quadro 3.3 - Resultados líquidos do Crédito Agrícola.....	33
Quadro 4.1 - Montante de crédito concedido pelo setor financeiro nacional .....	36
Quadro 4.2 - Montante de crédito vencido do setor financeiro nacional.....	37
Quadro 4.3 - Montante de crédito total do Crédito Agrícola.....	43
Quadro 4.4 - Quota de mercado de crédito do Crédito Agrícola .....	43
Quadro 4.5 - Crédito associado à garantia mútua atribuído pelo Crédito Agrícola.....	46
Quadro 4.6 - Montante de garantia mútua utilizada pelo Crédito Agrícola .....	47
Quadro 4.7 - Crédito concedido com garantia mútua / Crédito vencido .....	49

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1: Funcionamento de um banco.....	4
Figura 1.2 - O banco como intermediário financeiro.....	5
Figura 1.3 - Questões fundamentais da análise do risco de crédito.....	9
Figura 1.4 - Tipos de garantia.....	10
Figura 2.1 - Funcionamento do sistema português de garantia mútua .....	19
Figura 2.2 - Sociedades portuguesas de garantia mútua .....	20
Figura 3.1 - Organograma do Crédito Agrícola.....	29
Figura 3.2 - O Crédito Agrícola em 2015 .....	30
Figura 3.3 - Presença internacional do Crédito Agrícola.....	31
Figura 3.4 - Evolução da estrutura do capital do Crédito Agrícola .....	33
Figura 4.1- Evolução do crédito nacional concedido .....	36
Figura 4.2- Montante de crédito atribuído pelo setor financeiro por tipo cliente .....	37
Figura 4.3- Rácio de crédito vencido setor financeiro nacional .....	38
Figura 4.4- Rácio de solvabilidade do setor financeiro nacional.....	38
Figura 4.5– Rácios <i>core tier 1</i> e <i>common equity tier 1</i> do setor financeiro nacional .....	39
Figura 4.6– Rácio de ativos ponderados pelo risco (RWA) setor financeiro nacional...	40
Figura 4.7- Garantias emitidas pelas Sociedades de Garantia Mútua.....	40
Figura 4.8- Contragarantias emitidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo .....	41
Figura 4.9- Rácio de cobertura do Fundo de Contragarantia Mútuo .....	41
Figura 4.10- Distribuição das garantias emitidas pelas Sociedades de Garantia Mútua .....	42
Figura 4.11- Evolução do crédito concedido pelo Crédito Agrícola .....	43
Figura 4.12- Crédito por tipo de cliente atribuído pelo Crédito Agrícola .....	44
Figura 4.13- Montante de crédito vencido total.....	44
Figura 4.14- Evolução do crédito vencido.....	45
Figura 4.15- Rácio solvabilidade do Crédito Agrícola .....	45
Figura 4.16- Rácios <i>core tier 1</i> e <i>common equity tier 1</i> do Crédito Agrícola. ....	45
Figura 4.17– Rácio de ativos ponderados pelo risco (RWA) do Crédito Agrícola .....	46
Figura 4.18- Rácio de cobertura de garantia mútua no Crédito Agrícola. ....	47
Figura 4.19 - Crédito concedido com garantia mútua por atividade. ....	48
Figura 4.20- Distribuição geográfica do crédito com garantia mútua .....	48
Figura 4.21- Rácio crédito vencido total / Rácio crédito vencido com garantia mútua .	50

## **Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas**

AECM - *European Association of Mutual Guarantee Societies*

APB - Associação Portuguesa de Bancos

APFIPP- Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios

BCE – Banco Central Europeu

BdP – Banco de Portugal

CA – Crédito Agrícola

CC – Código Civil

CCAM – Caixa de Crédito Agrícola Mútuo

CCCAM – Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo

CERSA - *Compañía Española de Reafianzamiento*

CESGAR - *Confederación Española de Sociedades de Garantía Recíproca*

CET 1 – *Common equity tier 1*

CGD – Caixa Geral de Depósitos

CRD IV – *Capital Requirements Directive*

CRR – *Capital Requirements Regulation*

EBA - *European Banking Authority*

EUA – Estados Unidos da América

FCGM – Fundo de Contragarantia Mútuo

FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo

FMI – Fundo Monetário Internacional

IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

PIBID UNESPAR – Programa de Incentivo a Bolsas de Início à Docência,  
Universidade Estadual do Paraná - Brasil

PME – Pequenas, Médias e Micro Empresas

RWA - Rácio de ativo ponderado pelo risco

SGM – Sociedades de Garantia Mútua

SPGM – SPGM - Sociedade de Investimento, S.A.

## **INTRODUÇÃO**

A presente dissertação incide sobre o tema “O impacto da garantia mútua na mitigação do risco de crédito no grupo Crédito Agrícola”.

O objetivo pretendido com este estudo é responder a duas questões:

- i. Como é que a garantia mútua pode, na gestão de risco de uma entidade bancária, contribuir para a mitigação do risco de crédito, em particular no CA?
- ii. Em que medida ocorre impacto financeiro com a utilização da garantia mútua no CA?

Para esta investigação foi adotada a estratégia de investigação do estudo de caso, cuja definição segundo Yin (2005), é “(...) uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos”, sendo que o estudo de caso não é meramente uma estratégia de recolha de dados, mas uma estratégia de pesquisa mais abrangente.

Yin (1993), considera os seguintes tipos de estudo de caso, nomeadamente estudo de caso único e estudo de caso múltiplo, em que cada um pode assumir natureza exploratória, descritiva ou explanatória.

Segundo Bogdan & Biklen (1994), o estudo de caso é único ou múltiplo, consoante se baseiam num único caso ou em mais de um caso. Estes autores dizem, e passo a citar:

“Alguns começam sob a forma de um estudo de caso único cujos resultados vão servir como o primeiro de uma série de estudos, ou como piloto para a pesquisa de casos múltiplos. Outras investigações consistem, essencialmente, em estudo de caso único, mas compreendem observações menos intensivas e menos extensas noutros locais com o objetivo de contemplar a questão da generalização.”

O estudo de caso é classificado como exploratório quando têm como finalidade definir as questões ou hipóteses para uma futura investigação. O estudo descritivo é o que apresenta a descrição completa de um fenómeno inserido no seu contexto real. O estudo explanatório procura informação que possibilite o estabelecimento de relações de causa/efeito, ou seja, procura a causa que melhor explica o fenómeno estudado e todas as suas relações causais.

A atual investigação adota o tipo de estudo de caso descritivo único, de natureza indutiva, dado que parte de conhecimentos particulares adquiridos através da observação de dados, para um conhecimento mais geral (Yin, 2005).

Os dados utilizados na investigação foram obtidos através da apreciação dos relatórios de contas de 2010 a 2015, das entidades envolvidas, nomeadamente da SPGM- Sociedade de Investimento, S.A. (SPGM) e do CA. Foram recolhidos igualmente dados financeiros nacionais junto do BdP, recorrendo ao portal BP stat, estatísticas *online*, nomeadamente montante de crédito global concedido pelo setor financeiro a sociedades não financeiras e a particulares. Foram solicitados ao CA dados adicionais, não apresentados nos relatórios de contas, aos quais foram salvaguardados os elementos de cariz sigiloso.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo é abordado o conceito de banco, a atividade bancária, os riscos e as garantias.

No segundo capítulo é abordada a garantia mútua, desde a sua génese internacional ao sistema português de garantia mútua.

No terceiro capítulo é caracterizado o CA, a sua história e presença nacional.

No quarto capítulo é desenvolvido o estudo, onde são apresentados os dados financeiros obtidos, a respetiva análise e a apresentação dos resultados.

Por último é elaborada a conclusão da investigação.



## **1 CAPÍTULO - O BANCO, A ATIVIDADE BANCÁRIA, OS RISCOS E GARANTIAS**

### **1.1 Enquadramento económico e financeiro mundial**

Os mercados económicos e financeiros mundiais têm sido marcados por períodos de grande agitação, consequência da crise iniciada em 2008, colocando em questão a solidez dos sistemas financeiros mundiais.

Segundo Assalve (2011), são vários os fatores que justificam esta crise, entre os quais a crise imobiliária nos Estados Unidos da América (EUA), a falência do banco *Lehman Brothers*, consequência da concessão de demasiado crédito a entidades que se revelaram incapazes de cumprir com as responsabilidades financeiras assumidas e também por causa da elevada exposição do sistema financeiro a hipotecas de elevado risco de desvalorização. O défice público dos EUA agravou-se desde o ano 2000, em parte consequência dos gastos excessivos com a guerra do Iraque em 2003 e às perdas originadas pelo furacão Katrina em 2005. Uma Europa endividada, onde vários países tais como Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha e outros, sofreram os efeitos do endividamento descontrolado, onde foram obrigados, no caso de Portugal, Grécia e Irlanda a recorrer ao apoio financeiro da zona euro e do Fundo Monetário Internacional (FMI). No caso Espanhol apenas recorreram ao mecanismo europeu de estabilidade, deixando de parte o apoio do FMI.

Porém, para ter acesso a esse financiamento, os países visados necessitaram de adotar medidas de austeridade fiscal, que na prática, significava a redução da despesa pública e o aumento da receita fiscal. Consequentemente, a economia contraiu-se e gerou o descontentamento generalizado da sociedade.

Perante este cenário, é assinado em 2011, um tratado de criação de um mecanismo europeu de estabilidade, cujos termos foram acordados pelos diversos ministros das finanças da zona euro, dotado de uma capacidade de financiamento de 500 mil milhões de euros, de forma a apoiar os países com dificuldades de financiamento no mercado.

Com sistemas financeiros fragilizados, e sem capacidade de apoiar a economia, esta sofre uma desaceleração. Segundo Faria de Oliveira (2014), de modo a contrariar essa desaceleração da economia, tornou-se urgente a adoção de medidas de estímulo à economia e à necessidade de revisão da legislação da atividade bancária, com o consequente reforço da supervisão e da monitorização dos bancos, perseguindo a

confiança no sistema bancário. O sistema bancário evidenciou falhas ao nível da resiliência e da solvabilidade que tinham de ser corrigidas, da qualidade e arquitetura da supervisão, da governação das instituições e boas práticas bancárias. Para isso teria de ser criado um quadro regulatório consistente, que perseguisse um sistema bancário forte, transparente e de confiança. Os bancos têm de estar, bem capitalizados, com a sua situação patrimonial rigorosamente refletida nos seus balanços, apostando numa gestão de risco eficiente, com acesso a financiamento nos mercados em situação normal, boa governação, promovendo uma relação de confiança com os clientes por intermédio de práticas comerciais transparentes. Só assim o setor financeiro poderá contribuir para o crescimento e desenvolvimento económico e social dos países.

## **1.2 O banco e a atividade bancária**

O banco é uma entidade financeira cuja atividade principal assenta em três dimensões distintas, nomeadamente a receção de depósitos, a concessão de crédito e a prestação de serviços.

Pode-se visualizar estas diferentes dimensões na Figura 1.1:

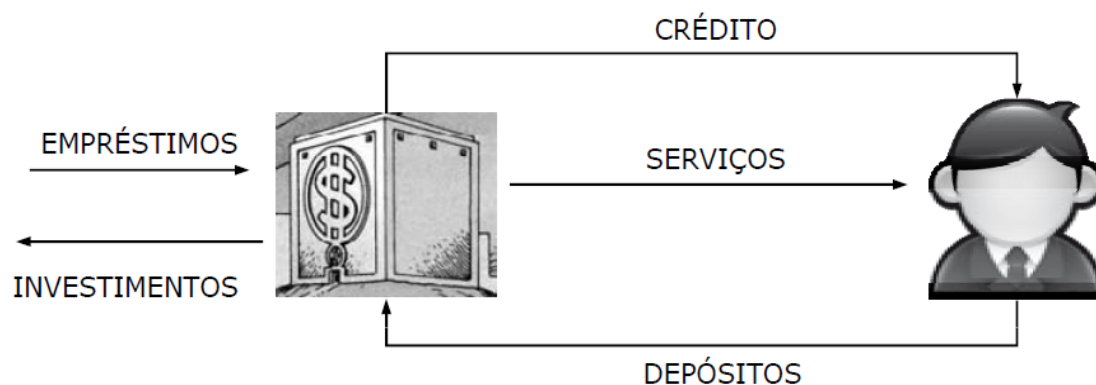


Figura 1.1: Funcionamento de um banco

Fonte: Alcarva (2011)

O banco é uma entidade recetora de depósitos, remunerando os depositantes através de uma taxa de juro designada taxa de juro passiva. Aplica esses depósitos através da concessão de crédito, cobrando uma taxa de juro designada taxa juro ativa. Numa terceira dimensão, encontra-se a prestação de vários serviços associados a funções de gestão de risco e de gestão da informação, em termos nacionais e internacionais, nos mercados financeiros e de consultadoria financeira. É uma entidade intermediária entre

aqueles que possuem fundos em excesso que os pretendem rentabilizar e aqueles que carecem de fundos para aplicar na sua atividade, consequentemente na economia.

A atividade bancária promove o aumento do nível de atividade das empresas, estimulando o consumo e a procura, cumpre uma função social, designadamente na aquisição de habitação, bens e alimentos, facilita a execução de projetos colocando à disposição das empresas os recursos financeiros necessários.

Pode-se ver a sua função de intermediário financeiro na Figura 1.2:

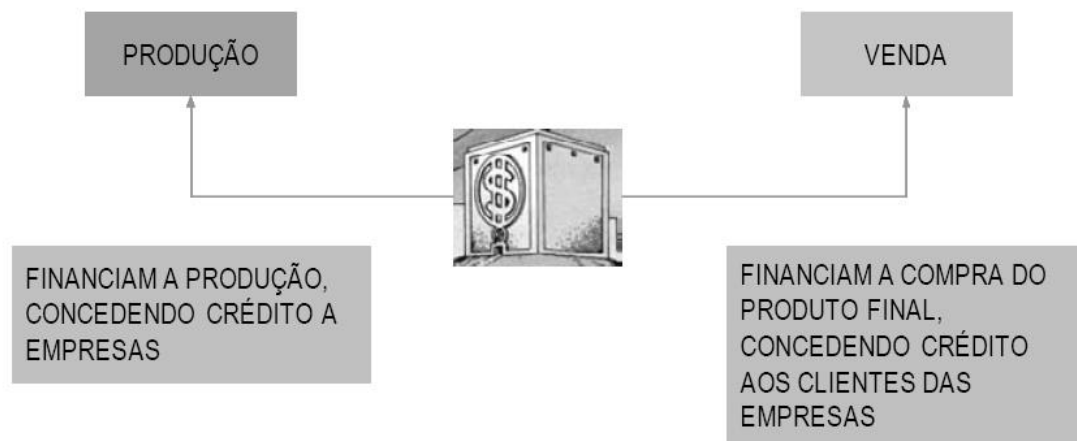


Figura 1.2 - O banco como intermediário financeiro

Fonte: Alcarva (2011)

### **1.3 Os riscos e as garantias**

Segundo Solomon, J. F., Solomon, A. & Norton (2000) e Amaral (2015), os bancos no desenvolvimento da sua atividade estão expostos a diversos riscos, tais como riscos financeiros e riscos não financeiros.

Os riscos financeiros são aqueles que estão diretamente relacionados com os ativos e passivos monetários da entidade. Os riscos não financeiros são aqueles que poderão ser externos à entidade se tiverem origem em factos sociais, políticos e económicos, ou internos quando falamos de riscos associados aos próprios recursos humanos, tecnológicos e outros. Outros riscos poderão surgir, na presença por exemplo de um fenómeno, que provoque um desequilíbrio global em torno de todo o sistema financeiro, seja a nível de um país ou mundial.

Para Peleias, Silva, Guimarães, Machado & Segreti (2007) e Amaral (2015), a atividade bancária implica uma consciente e responsável assunção dos riscos, salvaguardando

todos os interesses da entidade. Riscos que, no contexto de entidades financeiras, significam uma probabilidade de perda segundo Alcarva (2011) e Amaral (2015), por via de afetação negativa dos resultados, e consequentemente do próprio capital da entidade. Porém, faz parte da vida, em todos os setores e atividades, uma maior ou menor exposição ao risco.

Segundo Roth & Espersen (2004), a gestão de risco implica a construção de um sistema que permita identificar, mensurar e priorizar o risco, e assim, atuar perante a informação disponível, por forma a procurar o controlo desses riscos, reduzindo os seus efeitos negativos, através da sua mitigação.

Segundo o art.º 10 do Aviso N.º 5/2008 do BdP o sistema de gestão de riscos deve assumir um conjunto integrado de processos, que de forma permanente permitam um conhecimento adequado de todos os riscos subjacentes à atividade bancária, com o objetivo de desenvolvimento e implementação de uma estratégia e o cumprimento dos objetivos da entidade.

Este sistema deve permitir a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos considerados materialmente relevantes, definidos pelo órgão de administração, de forma a mitigar esses riscos, contribuir para a maximização dos resultados da entidade, para além de estar subjacente a possibilidade de contribuir ativamente nas tomadas de decisão do órgão de administração e gestão intermédia. O sistema de gestão de riscos na atividade bancária deve ter em consideração todos os tipos de risco, nomeadamente os apresentados no Quadro 1.1:

Quadro 1.1- Tipos de riscos na atividade bancária

<b>Tipo de Risco</b>	<b>Descrição</b>
<b>Risco de crédito</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a entidade, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior. O risco de crédito existe, principalmente, nas exposições em crédito, linhas de crédito, garantias e derivados.
<b>Risco de liquidez</b>	O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade da entidade financiar o seu ativo e satisfazer nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis. O risco de liquidez é também resultante de

	eventuais desequilíbrios temporais entre <i>inflows</i> e <i>outflows</i> .
<b>Risco de mercado</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro e taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e derivados.
<b>Risco de taxa de juro</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.
<b>Risco de taxa de câmbio</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio, provocados por alterações no preço de instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira ou pela alteração da posição competitiva da entidade devido a variações significativas das taxas de câmbio.
<b>Risco de <i>compliance</i></b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou desconformidades relativamente a leis, regulamentos, contratos, códigos de conduta, práticas instituídas ou princípios éticos. Pode traduzir-se em sanções de carácter legal ou regulamentar, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.
<b>Risco operacional</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de <i>outsourcing</i> , da existência de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.
<b>Risco de sistemas de informação</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, em consequência da inadaptabilidade dos sistemas de informação a novas necessidades, da sua incapacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em caso de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma

	estratégia desajustada nesta área.
<b>Risco de estratégia</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de decisões estratégicas inadequadas, da deficiente implementação das decisões ou da incapacidade de resposta a alterações do meio envolvente, bem como a alterações no ambiente de negócios da entidade.
<b>Risco de reputação</b>	A probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de uma perceção negativa da imagem pública da entidade, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral.

Fonte: Banco de Portugal (2007), MAR – Modelo de Avaliação de Riscos

Pese embora a atividade bancária esteja exposta a todos estes riscos, o estudo incidirá em particular no risco de crédito, sendo este considerado pelas entidades financeiras como o principal risco da atividade bancária. Segundo Gaspar (2014), “O risco de crédito constitui o risco mais relevante no balanço da generalidade dos bancos a operar em Portugal”.

### **1.3.1 O risco de crédito**

A atividade bancária tem subjacente a concessão de crédito bancário, por parte de uma entidade autorizada a outra entidade, seja ela singular ou coletiva, passando a ter um direito perante a entidade devedora, a partir do momento em que coloca à disposição dessa mesma entidade um determinado ativo monetário, ficando esta última obrigada à restituição desse mesmo ativo monetário, na sua totalidade, numa data futura acordada, de forma faseada (em prestações) ou numa única entrega, acrescida de uma taxa de juro previamente definida. A decisão de concessão de crédito por parte da entidade financeira é precedida de uma análise pormenorizada do perfil de risco do cliente e deve procurar responder a duas questões fundamentais:

- i. Qual a finalidade do crédito?
- ii. Qual a capacidade de reembolso do cliente?

Podem-se verificar essas questões na Figura 1.3:

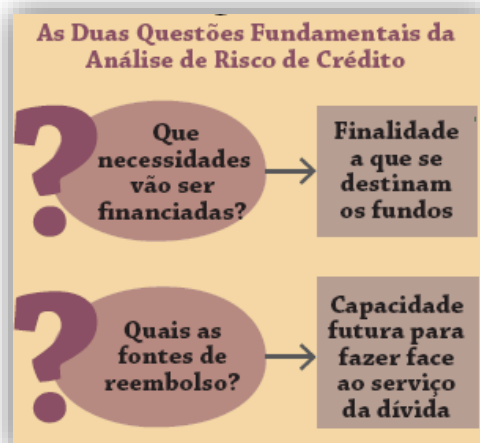


Figura 1.3 - Questões fundamentais da análise do risco de crédito

Fonte: Gaspar (2014), Inforbanca 100, Abril/Junho

É imprescindível igualmente avaliar cuidadosamente as condições a fixar no contrato, bem como as garantias a solicitar, porém a incerteza e o não controlo absoluto acerca de eventos futuros, podem colocar em causa o regular cumprimento da obrigação por parte da entidade devedora. Este risco de não cumprimento da obrigação por parte da entidade devedora, denominado risco de crédito, poderá assumir três formatos distintos: risco de incumprimento, risco de concentração e risco de degradação da garantia.

#### **1.3.1.1 Risco de incumprimento**

O risco de incumprimento é o risco de uma entidade devedora não cumprir com a obrigação de pagamento do ativo monetário acordada, resultante de um evento de *default*<sup>1</sup> ou incumprimento, por um determinado período de tempo, provocando uma potencial perda total ou parcial do ativo monetário concedido. São exemplos deste incumprimento, o atraso das prestações, reestruturação do crédito ou mesmo a insolvência do devedor.

---

<sup>1</sup>O conceito de *default* ou incumprimento está definido no artigo 178º do Regulamento (UE) N.º 575/2013, e encontra-se recentemente harmonizado na Europa, por intermédio das orientações emitidas pelo *European Banking Authority* (EBA), através do relatório final EBA/GL/2016/07, emitido em 28 de setembro de 2016, com aplicação prática a partir de 1 de janeiro de 2021.

### **1.3.1.2 Risco de concentração**

O risco de concentração ocorre quando a concessão de crédito bancário é efetuado a um número reduzido de entidades e/ou grupos económicos, ou por outro lado, a concessão de crédito é concentrada em apenas um setor de atividade ou numa região.

### **1.3.1.3 Risco de degradação da garantia**

O risco de degradação da garantia é um risco que pode não resultar diretamente numa perda, dado estar relacionada com a degradação da garantia, do valor de mercado desta, ou até mesmo pela extinção do património do devedor que tenha sido dado como garantia.

## **1.3.2 As garantias**

A entidade financiadora, de forma a poder mitigar o risco de crédito, em todas as suas vertentes, associa à concessão de crédito a figura da garantia, que em caso de incumprimento da entidade devedora, a entidade credora será ressarcida na medida do retorno da ativação da garantia prestada pelo devedor.

Existem vários tipos de garantia, como se ilustra na Figura 1.4:

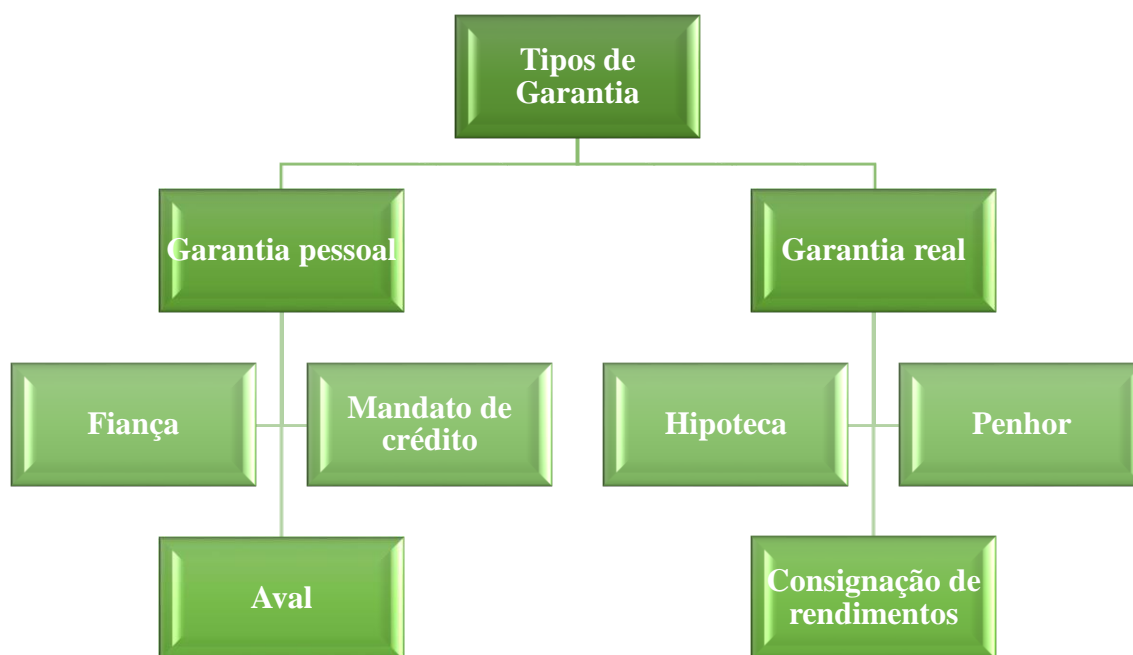


Figura 1.4 - Tipos de garantia

Fonte: Elaboração própria



As garantias adotam dois formatos distintos: a garantia pessoal e a garantia real.

### **1.3.2.1 Garantia pessoal**

A garantia pessoal ocorre aquando do aparecimento de outra ou outras pessoas, para além do devedor principal, que responde com os seus patrimónios, pelo cumprimento da obrigação. Desta forma, a entidade credora para além do património do devedor principal, passa a beneficiar igualmente do património pertencente ao garante ou garantes, de modo a ser ressarcida do valor em dívida.

Esta pode adotar três formas: fiança, mandato de crédito e aval.

#### **i. Fiança**

A fiança segundo o art.º 627 do Código Civil (CC), é um contrato de garantia pelo qual o fiador (garante), assume perante o credor, através do seu património pessoal, o cumprimento de uma obrigação contraída pelo devedor principal caso este não cumpra. Esta garantia pessoal tem como característica fundamental a acessoriedade e característica não fundamental a subsidiariedade. Acessoriedade dado que o fiador compromete-se a cumprir a obrigação do devedor principal, porém numa situação secundária, ou seja, na estrita dependência estrutural e funcional da obrigação da entidade devedora, permanecendo essa responsabilidade durante todo o ciclo de vida do contrato de crédito, ou seja, desde a sua génese à sua extinção. Subsidiariedade é outra característica, porém não fundamental, e que pode assumir dois tipos de obrigação conforme estejamos perante uma fiança simples ou uma fiança solidária.

No caso de fiança simples, segundo o n.º 1 do art.º 638 do CC é estabelecido que “ ao fiador é lícito recusar o cumprimento enquanto o credor não tiver executado todos os bens do devedor sem obter a satisfação do seu crédito”. É denominado o “benefício da excussão” ou “benefício da discussão”, que significa que enquanto não estiverem esgotados os bens do devedor, o fiador pode opor-se à execução dos seus bens. Também no caso de o fiador provar que o não cumprimento por parte do devedor se deve por culpa do credor, é lícita a recusa de cumprimento por parte do fiador, segundo o n.º 2 do art.º 638 do CC. Em ambas as situações estamos perante o princípio da subsidiariedade.

No caso de fiança solidária, segundo a alínea a) do art.º 640 do CC, o fiador não pode invocar o benefício da excussão, se tiver renunciado ao mesmo, e em especial se tiver assumido a obrigação de principal pagador. Neste caso passou a ocorrer o princípio da

solidariedade e falta de subsidiaridade, podendo dizer-se que pode haver fiança sem subsidiaridade.

## **ii. Mandato de crédito**

O mandato de crédito segundo o n.º 1 do art.º 629º do CC, é “Aquele que encarrega outrem de dar crédito a terceiro, em nome e por conta do encarregado, responde como fiador, se o encargo for aceito”. Nesta circunstância, podemos dizer que o encarregado é o banco, tendo como garantia o autor do encargo, que assumirá como fiador, porém, segundo o n.º 2 e n.º 3 do mesmo artigo, o autor do encargo pode revogar o mandato enquanto o crédito não for concedido, bem como, o pode denunciar em qualquer momento, sem prejuízo da responsabilidade dos danos que se venham a verificar e também, o encarregado (banco) pode recusar o cumprimento do encargo, sempre que se possa verificar que a situação patrimonial dos intervenientes possa colocar em risco o bom cumprimento da obrigação.

## **iii. Aval**

O aval é uma garantia, que pode ser prestada por uma entidade singular ou coletiva, através de títulos de crédito, tais como letras ou livranças, ao abrigo dos artigos 30º e seguintes da Lei Uniforme sobre Letras e Livranças, perante um banco, de modo a garantir o cumprimento dos créditos por ele concedidos. Ao contrário da fiança, não é uma garantia acessória, pois não depende da obrigação avalizada, adotando assim características de autonomia (inoponibilidade de exceção pessoal), abstração (não vinculação ao negócio jurídico que lhe deu origem), bem como das características do regime cambiário.

O avalista não usufrui do benefício da excussão, podendo ser acionado independentemente de estarem esgotados ou não os bens do devedor.

Estes títulos são entregues à entidade credora, apenas assinados e datados, podendo o banco proceder ao seu preenchimento posterior pelo valor do crédito, de forma a ser reembolsado.

### **1.3.2.2 Garantia real**

A garantia real permite à entidade credora revestir-se do direito de ser ressarcida, com preferência sobre os demais credores, através do valor ou rendimento de determinado bem da propriedade do devedor ou de um terceiro interveniente previamente estipulado.

Esta pode adotar três formatos: Hipoteca, Penhor e Consignação de Rendimentos.

#### **i. Hipoteca**

A hipoteca é uma garantia que segundo o n.º 1 do art.º 686 do CC, “confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro, com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo”. A hipoteca carece de registo na conservatória, sob pena de não produzir efeitos, mesmo em relação às partes (art.º 687º, CC). Segundo o CC, no seu art.º 703, existem três tipos de hipotecas distintas: hipotecas legais, hipotecas judiciais e hipotecas voluntárias. As hipotecas legais são as que surgem diretamente da lei, sem depender da vontade das partes, e podem constituir-se sempre que exista uma obrigação a que servem de segurança (art.º 704º, CC). Podem abranger quaisquer bens do devedor, desde que a própria lei não os especifique. As hipotecas judiciais resultam de uma sentença judicial de condenação do devedor, à obrigação de uma prestação em dinheiro ou outra coisa fungível, e podem incidir sobre quaisquer bens do obrigado (art.º 710º, CC). As hipotecas voluntárias são as que surgem de um contrato ou declaração unilateral (art.º 712º, CC), incidindo nos bens imóveis ou equiparados sobre os quais incidirá a garantia, constituindo-se sob a forma de escritura pública, testamento ou documento particular autenticado (art.º 714º, CC), devendo estes bens serem devidamente especificados, sob pena da hipoteca ser considerada nula. No domínio bancário, de forma a servir de garantia de cumprimento de concessão de crédito, a forma mais comum de constituição de hipotecas voluntárias são as que resultam de um contrato, denominando-se assim como hipotecas convencionais. A hipoteca convencional é resultante da celebração de um contrato entre o credor e quem estiver no pleno direito de constituir a garantia sobre os respetivos bens, que pode ser o próprio devedor ou uma terceira pessoa.

#### **ii. Penhor**

O penhor é uma garantia que, segundo o n.º 1 do art.º 666º do CC, “confere ao credor o direito à satisfação do seu crédito, bem como dos juros, se os houver, com preferência sobre os demais credores, pelo valor de certa coisa móvel, ou pelo valor de créditos ou outros direitos não suscetíveis de hipoteca, pertencentes ao devedor ou a terceiro”. O penhor é um direito acessório e distinto do crédito a que serve de garantia, porém a sua constituição, subsistência e extinção dependem estritamente do ciclo de vida da

obrigação garantida. Pese embora, no direito civil, o penhor não tenha a mesma importância de outras garantias reais, sobretudo a hipoteca, no âmbito de direito bancário, o penhor adota uma importância de grande relevo e muito comum, no que diz respeito à garantia dos créditos concedidos pelas entidades bancárias. O penhor, tal como é definido na lei, incide sobre “valor de certa coisa móvel, ou pelo valor de créditos ou outros direitos não suscetíveis de hipoteca” tais como títulos de crédito, mercadorias, pedras ou metais preciosos, ou seja, bens de fácil circulação, e segundo o n.º 2 do art.º 666 do CC mesmo o depósito de dinheiro é suscetível de penhor. O penhor constitui-se mediante a celebração de um contrato, considerando-se assim uma garantia convencional, entre o credor da obrigação garantida e o devedor principal ou um terceiro. O penhor extingue-se, segundo o art.º 677º do CC, “pela restituição da coisa empenhada, ou do documento a que se refere o n.º 1 do artigo 669.º, e ainda pelas mesmas causas por que cessa o direito da hipoteca, com exceção da indicada na alínea b) do artigo 730.º”.

### **iii. Consignação de rendimentos**

A consignação de rendimentos é uma garantia que, segundo o n.º1 do art.º 656 do CC, visa garantir o cumprimento, ainda que condicional ou futura, da obrigação e respetivos juros, ou apenas o cumprimento da obrigação, ou só o pagamento dos juros, através da consignação dos rendimentos de certos bens imóveis, ou de certos bens móveis sujeitos a registo. Esta pode ser consignação voluntária ou judicial, caso estejamos perante a que for constituída pelo devedor ou um terceiro resultante de um negócio celebrado entre vivos ou por testamento, ou por outro lado a que tiver origem em decisão do tribunal. No âmbito da atividade bancária, é considerada a consignação voluntária, originada por contrato, denominando-se assim como consignação convencional. Segundo o art.º 665º do CC, a consignação de rendimentos seguem os preceitos indicados, com as devidas adaptações, dos artigos 692.º, 694.º a 696.º, 701.º e 702.º do mesmo código. O contrato de consignação deve constar de escritura pública, caso diga respeito a bens imóveis, ou escrito particular se se tratar de bens móveis. Este contrato de consignação extingue-se no prazo inicialmente estipulado, ou na extinção da obrigação a que serve de garantia, no perecimento de coisa consignada, ou pela renúncia do credor.

## **2 CAPÍTULO - A GARANTIA MÚTUA**

A garantia mútua é um instrumento financeiro pertencente a um sistema privado de caráter mutualista, de apoio às PME, incidindo principalmente na prestação de garantias financeiras às entidades de crédito, com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito em condições adequadas aos investimentos, ciclos de atividade de cada entidade e em circunstâncias de igualdade concorrencial.

### **2.1 A génese dos sistemas mutualistas**

Segundo Figueiredo (2015), o conceito de sistema mutualista surge na Grécia antiga, entre os séculos V e VI A.C., por intermédio dos sistemas de entreajuda, conceito recuperado e reconfigurado na idade média sob a forma de confrarias medievais, nos quais os cavaleiros assumiam de forma mútua, em situação de morte de um deles o reembolso das dívidas aos credores. Este conceito generalizou-se e no final da idade média os artesãos criaram corporações de ofício com o objetivo de regulamentar as profissões, a qualidade e a quantidade de produção, bem como assegurar proteção aos órfãos, às viúvas e aos inválidos.

De acordo com o autor, é na Alemanha e em França que surgem os primeiros sistemas de garantia mútua, semelhantes aos atuais, com a missão de apoiar as empresas suas associadas, na obtenção de crédito bancário, concedendo garantias bancárias às entidades financiadoras. O sistema alemão é constituído por bancos de garantia independentes, e pertencem a sociedades financeiras, a associações empresariais, câmaras de comércio, e outras entidades não financeiras. Com a evolução e crescimento do sistema, este deixou de atuar exclusivamente como parceiro que apenas apoiava na emissão de garantias em operações de crédito, mas passou a desempenhar funções de consultoria financeira. O sistema francês surge em 1917, aquando da promulgação da lei sobre as sociedades de garantia mútua e sociedades cooperativas mutualistas, e é composto na atualidade por 42 sociedades regionais, organizadas numa associação nacional de nome *Socama*. O sistema mutualista francês desenvolve a sua atividade em parceria com o *Banque Populaire*, e é independente de órgãos estatais. Surge em Espanha um sistema mutualista, com missão e atividade semelhante às congéneres alemãs e francesas. Existem 19 sociedades de garantia mútua representadas pela *Confederación Española de Sociedades de Garantía Recíproca* (CESGAR), constituída em 1980, com funções de coordenação, cooperação e defesa dos interesses das suas

representadas. As sociedades de garantia mútua espanholas asseguram a sua sustentabilidade através do sistema de contragarantia mútua da *Compañía Española de Reafianzamiento* (CERSA).

Em 1992 surge a *European Association of Guarantee Institutions* (AECM), entidade representativa das sociedades de garantia mútua e de outras sociedades de garantia do setor privado e público europeu. A AECM assume três missões fundamentais, a representação política, o intercâmbio de melhores práticas e a promoção da garantia.

Integra atualmente 41 membros ativos em 21 estados membros da União Europeia, na Bósnia e Herzegovina, na Sérvia, na Rússia e na Turquia. Em 2013, os seus membros apresentaram um volume total de garantias em carteira de mais de 76 mil milhões de euros e emitiu um volume total de mais de 25 mil milhões de euros de novas garantias.

## **2.2 O sistema português de garantia mútua**

### **2.2.1 A génese do sistema português de garantia mútua**

“Mutualismo português tem raízes com 700 anos.” (Branco, 2009).

O conceito de mutualismo surge aquando da criação da Confraria dos Homens-Bons de Beja, por carta selada do Rei D. Dinis, em finais do século XIII, mais precisamente em 8 de Julho de 1297. Os Homens-Bons de Beja eram cavaleiros ao serviço de Deus e do Rei, que se entreajudavam, na doença, na pobreza ou na morte de um dos seus membros ou familiares. Segundo o autor, a confraria apoiava os seus membros através de donativos, com vista a promover o cumprimento dos benefícios estatutários da entidade, tais como e passo a citar:

“Morrendo o cavalo de algum confrade, quer em serviço do rei, do concelho ou à manjedoura, pronto para fazer serviço quando fosse exigido, o dono do cavalo receberia, da sociedade, a soma de 50 libras para comprar outro, devendo restituir a diferença se o comprasse por menos; Adoecendo o confrade, velariam pela sua vida; se a velhice ou a doença o invalidava, ou se caía em grande pobreza, deviam mantê-lo entre si de modo que não descesse da sua condição; Ao confrade falecido em Beja, ou à sua mulher, acompanhariam à sepultura os confrades que estivessem na vila, e por alma

do morto deviam rezar missas “pater noster”<sup>2</sup> e concorrer com um soldo<sup>3</sup> por cabeça para se cantarem missas sobre-altar com essa mesma intenção; O filho do sócio defunto, se o pai lhe deixava o cavalo e as armas, podia ser admitido na confraria; e também podia ser, na falta do filho, qualquer outro parente a favor do qual existisse aquele legado; O confrade fazendo o testamento devia contemplar a sociedade com alguma deixa, nunca inferior à vintena da quota de que dispusesse; Os sócios auxiliar-se-iam mutuamente quando concorressem ao serviço do rei ou, em geral, no serviço militar. Aquele que adoecesse de moléstia grave, levá-lo-iam ao povoado onde pudesse ser tratado; ao que fosse ferido, levá-lo-iam tirando-o das mãos dos inimigos. Se morria não lhe faltavam com o ofício atrás indicado; e se caía em cativo, todos contribuía para a ajuda do seu resgate; Na partilha dos despojos que os confrades ganhassem em hoste ou em cavalgada, depois de tirado o quinto que pertencia ao rei, entraria também a associação, recebendo uma quinta parte; Suscitando-se contenda entre dois confrades, os outros tratariam de os reconciliar, e se algum dos contentores não se sujeitasse ao juízo dos colegas, incorria na multa que esses lhe impusessem, e a questão resolvia-se pelos meios ordinários.”

São conhecidos vestígios de outras confrarias similares e ainda mais antigas, porém nenhuma confraria tão bem retratada e documentada como a de Beja.

A génese do sistema português de garantia mútua surge na década de 90, com cariz mutualista, através da iniciativa pública, mais concretamente do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (IAPMEI), com o objetivo primordial de promover condições à redução de custos de financiamento das empresas, com principal incidência nas PME, contribuindo para um maior equilíbrio da sua estrutura de financiamento, no que diz respeito à obtenção de garantias que possibilitem o acesso a financiamentos com prazos adequados aos ciclos de exploração das empresas e à realização dos investimentos necessários ao seu crescimento.

---

<sup>2</sup> “Pater Noster” expressão em latim que significa “Pai Nosso”.

<sup>3</sup> “Soldo” era uma antiga moeda romana em ouro.

O sistema português de garantia mútua assenta em três pilares fundamentais:

- i. Em Sociedades de Garantia Mútua (SGM), que prestam garantias a favor das PME ou entidades representativas destas;
- ii. Num Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM), composto por fundos públicos, permitindo assegurar parte do risco das SGM, e funcionando como um mecanismo de alavancagem da sua capacidade de apoio às PME;
- iii. E na SPGM com tripla função de entidade gestora do FCGM, entidade promotora das SGM desempenhando um papel dinamizador, defendendo a imagem do produto garantia mútua em favor das PME, e numa entidade prestadora de serviços de *backoffice* às entidades do sistema português de garantia mútua.

Por intermédio do IAPMEI, o sistema português de garantia mútua decide iniciar um estudo com o propósito de verificar junto do mercado o interesse deste tipo de produto, através da realização de operações de garantia e outros serviços às PME, em moldes semelhantes aos das futuras SGM. Na sequência do estudo surge em 1994 uma sociedade piloto, a SPGM.

Esta sociedade viria também a ter como missão a preparação de um mecanismo de contragarantia, bem como um quadro legal que regulamentasse a garantia mútua em Portugal.

Esse mecanismo de contragarantia surge por intermédio do Decreto – Lei N.º 229/98, de 22 de Julho de 1998, denominado FCGM, cujo capital podem participar entidades públicas ou privadas dado o seu carácter mutualista. O FCGM tem por objeto assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas SGM no exercício da sua atividade, assegurando a solvabilidade destas. Todas as garantias emitidas pelas SGM são obrigatoriamente e automaticamente contragarantidas pelo FCGM, no mínimo em 50% do valor da garantia emitida por uma SGM, que poderá chegar aos 75% quando se trate de financiamentos bancários de médio e longo prazo. Eventualmente poderá ser ainda superior em circunstâncias muito especiais.



O esquema de funcionamento do sistema português de garantia mútua pode ser observado na Figura 2.1:

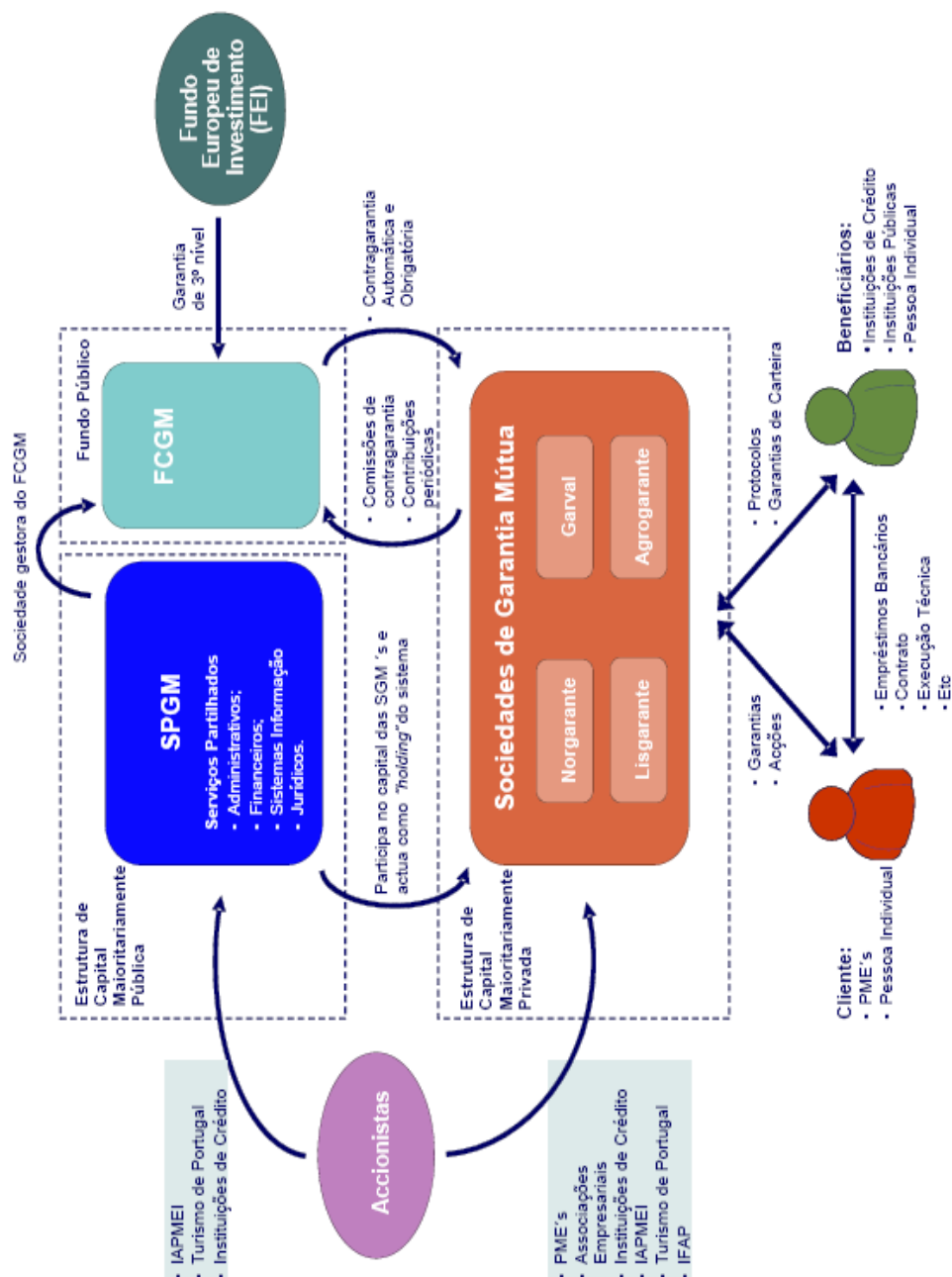


Figura 2.1 - Funcionamento do sistema português de garantia mútua

Fonte: SPGM – Sociedade de Investimento, SA., <http://www.spgm.pt/>

As SGM viriam a surgir em 2003, nomeadamente a Garval, a Lisgarante e a Norgarante, e em 2007 a Agrogarante. Salientar que as três primeiras sociedades dirigem-se especificamente para os setores industrial, energético, construção, turismo, comércio, serviços e transportes, e a quarta sociedade mais vocacionada para o setor agro-florestal.

Encontram-se distribuídas territorialmente por zonas de atuação, estando a Norgarante a atuar na zona norte, a Garval na zona centro e arquipélago dos Açores, a Lisgarante na zona sul e arquipélago da Madeira e a Agrogarante a atuar em todo o território nacional, como ilustrado na Figura 2.2:

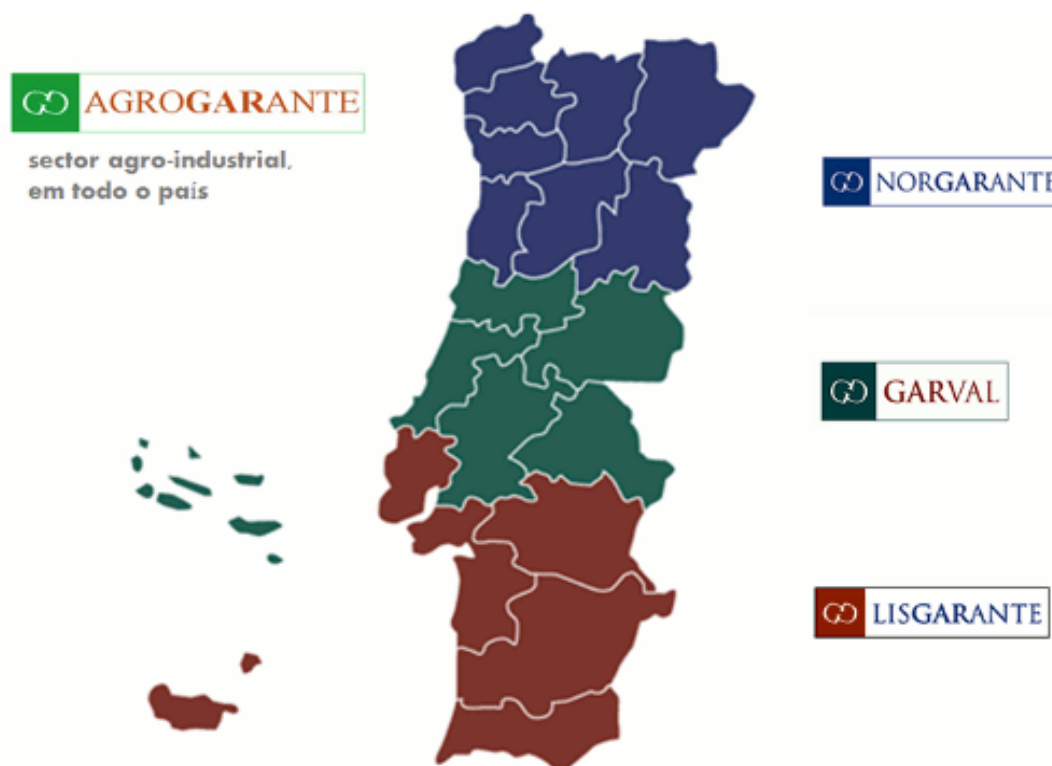


Figura 2.2 - Sociedades portuguesas de garantia mútua

Fonte: SPGM – Sociedade de Investimento, SA., <http://www.spgm.pt/>

O carácter mutualista, resulta do facto das empresas beneficiárias das garantias virem a ser acionistas das SGM, e desta forma terem acesso mais facilitado ao crédito, partilhando os riscos associados à operação financeira com outras entidades financeiras e libertando desta forma *plafonds* bancários, permitindo a obtenção de montantes, condições e prazos adequados às suas necessidades, por norma, com redução de outras garantias prestadas ao setor financeiro.

As garantias prestadas pelas SGM são denominadas garantias *on first demand*, ou seja, asseguram numa primeira fase a solicitação das entidades credoras o pagamento dos compromissos assumidos pelas empresas que as requereram. Assim, e de forma a garantir a solvabilidade das SGM, e de todo o sistema, surge o FCGM, onde são

obrigatoriamente contragarantidas todas as garantias emitidas, permitindo o desenvolvimento equilibrado do sistema.

Operacionalmente, as SGM ao rececionarem os projetos das PME, têm em conta diversos índices tais como rácios de solvabilidade, autonomia financeira, estrutura de dívidas curto prazo e médio longo prazo, rendibilidade dos capitais próprios, rendibilidade do ativo, entre outros, de forma a avaliarem as PME em termos de capacidade de solvência.

### **2.2.2 O quadro legal do sistema português de garantia mútua**

São desenvolvidos diversos diplomas legais regulamentando a garantia mútua e todo o sistema nacional de garantia mútua, tais como o Despacho Normativo N.º 565/94 (IIDE0503) – Regime de Apoio à dinamização do Cauçionamento Mútuo, que tem como objetivo promover o cauçionamento mútuo, de forma a contribuir para a melhoria das condições de acesso por parte das PME; o Decreto-Lei N.º 211/98 de 16 de Julho, visando a regulamentação das Sociedades de Garantia Mútua e da sua atividade; o Decreto-Lei N.º 229/98 de 22 de Julho, regulamentando o FCGM; a Portaria 1354-A/99 (II Série) – Decisão de aprovação e Publicação do regulamento do FCGM; o Decreto-Lei N.º 19/2001 e o Decreto-Lei N.º 309-A/2007 que alteram o Decreto-Lei n.º 211/98, de 16 de Julho.

### **2.2.3 A garantia mútua na atualidade**

A garantia mútua em 2016, segundo a SPGM, revelou um impacto significativo na economia nacional, nomeadamente no que diz respeito à redução dos encargos financeiros em mais de 65 milhões de euros, relativamente a mais de 90 mil PME apoiadas, conduzindo a uma alavancagem do investimento superior a 2,6 mil milhões de euros, em 340 milhões de euros de exportações adicionais e assegurando cerca de 1,3 milhões de postos de trabalho.

Desde a sua génese, que o sistema de garantia mútua induziu um investimento de mais de 23 mil milhões de euros na economia portuguesa, atingindo o montante global de garantias emitidas de mais de 11 mil milhões de euros.

Segundo Ferreira (2016), o sistema de garantia mútua portuguesa em 2015 obteve 6,4% de taxa de sinistralidade, correspondendo a 15 milhões de euros em valores incobráveis.

Estes dados foram apresentados no encontro anual da AECM, que se realizou no Porto, em junho de 2016, para além de outros temas apresentados por vários oradores internacionais em representação dos membros da AECM.

O próximo evento anual da AECM terá lugar em Madrid, em 2017, organizado pelo membro espanhol CESGAR. O seminário anual terá lugar no dia 2 de junho do corrente ano e será organizado pela AECM em colaboração com o Banco Mundial, subordinado ao tema: Conferência Mundial sobre os sistemas de garantia para o financiamento das PME.

### **3 CAPÍTULO - O CRÉDITO AGRÍCOLA**

#### **3.1 História**

Segundo o CA, a história das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) remonta ao ano de 1498, e está associada às Santas Casas da Misericórdia, tendo subjacente o princípio da solidariedade. Em 1778, a Misericórdia de Lisboa foi pioneira na concessão de crédito à atividade agrícola, tendo mais tarde sido alargada a outras Misericórdias. Ao tempo, o Ministro das Obras Públicas, Andrade Corvo publicou nos anos de 1866 e 1867, normativos legais de orientação para a promoção das Confrarias e Misericórdias em instituições de crédito agrícola e industrial, denominados Bancos Agrícolas ou Misericórdias-Bancos.

Existiam igualmente desde o século XVI, os celeiros comuns, entidades de iniciativa particular, destinados a apoiar a atividade agrícola. Desenvolviam a atividade por intermédio de adiantamento em géneros, tal como sementes, e cobravam juros também em géneros. Em 1862 os celeiros comuns, por causa do aumento das taxas de juro, viram-se obrigados a alterar a forma de cobranças dos juros, passando para o sistema monetário, e assim aproximando-se do funcionamento das instituições de crédito.

O CA surge efetivamente em Portugal no ano de 1911 e a atividade definida pela Lei N.º 215 de 1914, regulamentada pelo Decreto N.º 5219 em 1919.

O número de caixas agrícolas aumentaram substancialmente a nível nacional nos anos subsequentes, no entanto a crise bancária e económica dos anos 30, forçou a um período de estagnação, obrigando mesmo a que o CA passasse para a tutela da Caixa Geral de Depósitos (CGD).

Em 1974, com a mudança do sistema político português, surgiu um movimento do CA, com o intuito de alcançarem a autonomia e de retomarem a sua expansão nacional, alargando a sua atividade à semelhança do que vinha acontecendo noutros países europeus. Em 1978, este movimento iria culminar na criação da Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (FENACAM), cuja missão era apoiar e representar as caixas agrícolas, tanto em termos nacionais como internacionais. Uma das primeiras medidas da FENACAM, consistiu numa revisão da legislação aplicável ao CA, legislação que se encontrava em vigor há já 60 anos.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 231/82 de 17 de junho, o CA deixou de estar sob a tutela da CGD.

Na sequência, foi criada a Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo (CCCAM), orientada para regular a atividade creditícia das caixas suas associadas, bem como, um Regime Jurídico Específico para o Crédito Agrícola Mútuo. Esta alteração legislativa permitiu a expansão de forma significativa do CA durante a década de 80.

A constituição da CCCAM ocorre a 20 de Junho 1984, e passou a funcionar como pilar de um sistema integrado. Modelo organizativo que assenta no conjunto formado pela CCCAM e suas associadas, em que a CCCAM funcionará como entidade com funções de liderança em matéria de orientação, fiscalização e representação financeira do CA.

Em 1987 com o objetivo de garantir a solvabilidade do sistema foi por via do Decreto-Lei n.º 182/87 de 21 de abril, criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo (FGCAM), no qual participam – ainda hoje – todas as caixas associadas.

Vieram a surgir algumas empresas associadas, tais como a CA Gest com funções de gestão de organismos de investimento coletivo, especializada no segmento de Fundos de Investimento Mobiliário, e a gestão discricionária e individualizada de carteiras por conta de outrem, de particulares, empresas e institucionais; a CA Seguros seguradora do ramo não vida, inicialmente denominada Rural Seguros; a CA Vida seguradora do Ramo Vida; a CA Consult com o objetivo de prestar serviços de assessoria financeira e estratégica às grandes e médias empresas e entidades públicas; a Rural Informática, hoje denominada CA Informática, com o objetivo de otimizar a utilização das infraestruturas (físicas e tecnológicas) que servem de suporte às tecnologias de informação e ao desenvolvimento de sistemas de informação; a CA Serviços, com a finalidade principal a prestação de serviços partilhados intra-grupo nas áreas dos sistemas de informação e comunicação, bem como outros serviços especializados, designadamente nos domínios do apoio à dinamização do negócio e da assessoria fiscal, operação da compensação, serviços operacionais de suporte à atividade de Banca Direta (Linha Direta) e canais não-presenciais (serviços On-Line Particulares e Empresas e Balcão 24).

Em 1998 surge uma plataforma informática comum às caixas associadas e à CCCAM, permitindo uma unificação do grupo e da sua afirmação no mercado, oferecendo canais de distribuição diversificados e um conjunto alargado de produtos e serviços, ajustados a vários segmentos, promovendo assim o aumento da quota de mercado num setor cada

vez mais competitivo, preparando também o grupo, para a integração numa união económica e monetária, com a introdução da moeda única – O Euro, que se avizinhava.

Em 2004, o CA iniciou a implementação de um programa de modernização tecnológica, procurando uma maior flexibilidade organizativa, promovendo a excelência na resposta às necessidades dos clientes, tendo por base a inovação, formação e valor, sem descurar um compromisso assumido, desde a sua génese, o apoio às comunidades em que está inserido, com características muito específicas e funções únicas no seio do tecido económico nacional.

A identidade do CA sempre esteve associada a uma realidade de matriz cooperativa rural, no entanto começa a procurar uma realidade mais urbana, tendo uma oferta mais alargada e competitiva de produtos e serviços. O CA alcança por esta nova vertente uma imagem de modernidade, credibilidade e solidez. Apostando igualmente numa nova comunicação junto do universo dos clientes, associados, dirigentes e colaboradores, procurando passar uma mensagem-chave “Um grupo ao lado das Pessoas”.

Em 2011 foi comemorado o centenário do CA, data que simbolizou o longo caminho percorrido, numa vertente de apoio ao desenvolvimento económico e social de muitas comunidades e regiões do nosso país.

Em 2013, o CA apresentou-se com uma nova assinatura “O Banco Nacional com Pronúncia Local” refletindo o seu posicionamento enquanto entidade financeira que conhece, como ninguém, as pessoas e as várias regiões do país, contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeconómico local e consecutivamente, para a economia nacional. A relação de proximidade com os clientes resulta da génese do banco – cooperativo – e da sua estrutura atuando de forma descentralizada, mas que seguem as linhas e princípios orientadores da CCCAM, tornando-as num grupo sólido e coeso.

O ano de 2015 foi um ano de diversas distinções para o CA, nas suas diversas áreas de atuação: banca, seguros e fundos de investimento.

O CA foi considerado, pela revista britânica *The Banker*, no seu estudo “*Top 1000 World Banks*”, o terceiro banco mais sólido a operar em Portugal e o primeiro de capitais exclusivamente nacionais, como se pode ver no Quadro 3.1:

Quadro 3.1 - *Ranking* dos bancos a atuar em Portugal - Revista *The Banker*

Ranking Portugal	Banco	Rácio de Solidez
1º	Banco Finantia	14,84%
2º	Banco Popular Portugal	8,27%
3º	Crédito Agrícola	6,97%
4º	Novo Banco	6,87%
5º	CGD	6,66%
6º	Millennium BCP	6,65%
7º	Santander Totta	6,51%
8º	BPI	5,93%
9º	Banco BIC Português	5,77%
10º	Montepio Geral	5,72%
11º	Banif	5,57%

Fonte: Crédito Agrícola, <http://www.creditoagricola.pt>

No *ranking* mundial o CA ocupa a 557.<sup>a</sup> posição. Esta distinção vem confirmar a solidez, um dos rácios mais importantes para avaliar a estabilidade das instituições financeiras, do único banco cooperativo a operar em Portugal

A análise “*Top 1000 World Banks*” baseou-se nos dados apresentados pela entidade financeira a 31 de dezembro de 2014 e teve por base um conjunto de indicadores, entre eles, a solidez, a rentabilidade e a eficiência.

O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações CA Rendimento, gerido pela CA Gest – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., foi distinguido com o prémio “Gestão Nacional de Organismos de Investimento Coletivo”, na categoria “Fundos de Obrigações de Taxa Indexada”. Trata-se de um prémio da autoria da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) e do Diário Económico. O CA Monetário foi, também, considerado pela APFIPP, pelo sexto ano consecutivo, como o fundo mais rentável na classe “Fundos de Mercados Monetários Euro”. A mesma entidade distinguiu, ainda, o CA Flexível, como o fundo que apresentou a melhor rentabilidade em 2014, na categoria “Fundos Flexíveis”.

Em 2016 a CA Seguros, a seguradora não vida do grupo, foi eleita, pela sexta vez, como a melhor seguradora não vida do seu segmento. Esta distinção resulta de um estudo realizado pela revista EXAME. A CA Vida ganha prémio de melhor grande seguradora do ramo vida num estudo elaborado pela *Ernst & Young* e a *Ignios* e divulgado na *Star*



*Company*, uma edição especial do Jornal Dinheiro Vivo, distribuída com o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias. O CA é distinguido como “Membro do Ano 2016” pela Câmara de Comércio e Indústria Franco Portuguesa, sendo a proatividade do banco e o empenho na deteção de oportunidades para a internacionalização dos clientes nacionais a razão desta distinção.

Já em 2017, o CA foi premiado pela 3ª vez consecutiva pelo Serviço de Atendimento ao Cliente com o Prémio Cinco Estrelas na categoria “Banca-Serviço de Atendimento ao Cliente”, pela *U-Scoot* com base num estudo de mercado realizado pela Ipsos APEME.

O CA segue uma estrutura que visa uma orientação de apoio à competitividade das caixas associadas, focalizado na sua sustentabilidade. As empresas do CA são detidas diretamente pela CCCAM e/ou caixas associadas ou indiretamente, pela CA SGPS, cujo capital é 100% detido pela CCCAM e esta pelas caixas associadas.

O modelo organizacional do CA tem por base um modelo organizacional único, constituindo um referencial em que permite:

- i. Focar-se nas atividades de negócio, centralizando todas as funções de apoio ao negócio numa base de suporte;
- ii. Criar um departamento de auditoria interna autónomo e criar uma estrutura de controlo interno;
- iii. Atribuir grande importância ao princípio da segregação de funções e da especialização em competências críticas;
- iv. Diminuir o número de estruturas operacionais promovendo uma maior flexibilidade na gestão dos recursos;
- v. Suscitar a independência da função de risco e uma permanente articulação do *Compliance Monitor* com a *Head of Compliance*.

Este modelo de orientações metodológicas por parte da CCCAM a todas as caixas associadas assenta num modelo de identificação, avaliação, reporte e controlo dos riscos, com o objetivo de minimização do risco da atividade.

São estabelecidos critérios e procedimentos objetivos e sistematizados, com vista à avaliação da dimensão dos riscos subjacentes à atividade desenvolvida, bem como da

qualidade e solidez dos dispositivos de governo interno do CA, da adequação das posições de solvabilidade e de liquidez e dos respetivos processos de gestão.

Neste modelo o processo de planeamento estratégico pretende-se transparente, objetivo e participado. A estrutura e qualidade da gestão resultam da aptidão para assegurar o desempenho das funções, consubstanciado na definição, implementação e monitorização dos mecanismos de controlo dos riscos. A gestão executiva assegura o envolvimento na definição e implementação dos modelos de risco, a definição das políticas e objetivos da CCAM em termos comerciais, de risco de crédito, de recursos humanos e financeiros, de acordo com as orientações da caixa central e a monitorização do cumprimento das orientações e dos objetivos.

Ao nível do controlo específico dos riscos, evidencia-se a autonomização da função de risco, como principal órgão de suporte à gestão dos riscos (e do controlo interno), que assegura, entre outras atividades, a produção de indicadores de desempenho/risco e propõe normas, procedimentos e políticas internas para minimizar os riscos específicos de acordo com as orientações transmitidas pela CCCAM.

Os principais riscos monitorizados pelas CCAM segundo este quadro de referência são o risco de crédito nas suas diferentes fases (análise, decisão, acompanhamento e recuperação), o risco operacional e o risco de *compliance*, sem prejuízo dos riscos de estratégia, de reputação, de liquidez, de taxa de juro e de concentração.

O CA tem atualmente o seguinte organograma apresentado na Figura 3.1:

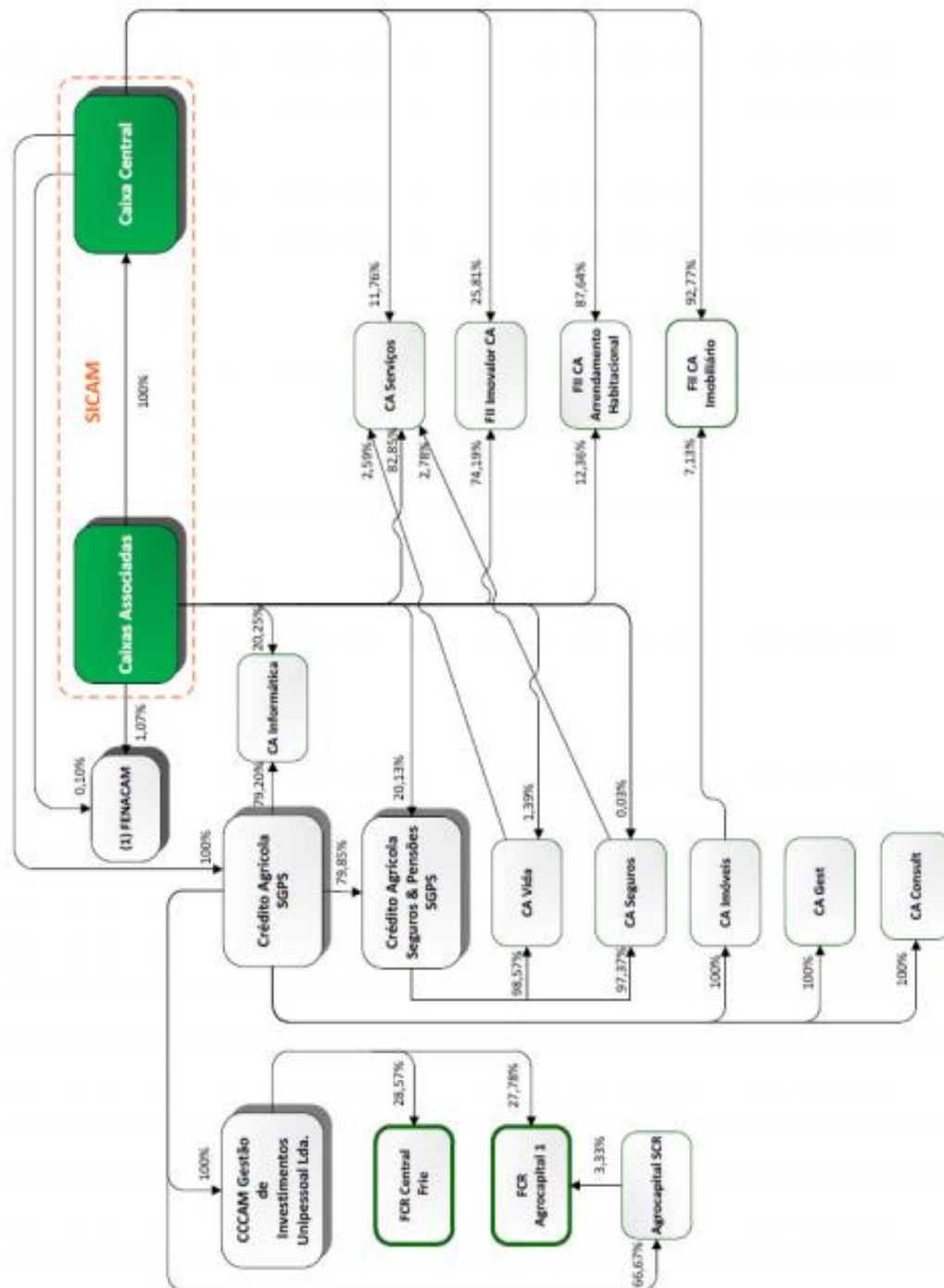


Figura 3.1 - Organograma do Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola, Disciplina de Mercado - Relatório Anual de Divulgação Pública de Informação - Junho de 2016

### 3.2 Grandes números do Crédito Agrícola

O CA apresentou em 2015 ativos líquidos de 15 mil milhões de euros, 13 mil milhões de euros em recursos de clientes e 1,4 milhões de clientes. O CA, conta atualmente com 82 caixas associadas, correspondendo a 675 agências distribuídas por todo o território nacional, com mais de 400 mil associados sendo que 224 mil com títulos de capital. Capital humano de mais de 4000 colaboradores, e com uma oferta de canais não presenciais e digitais desde ATM SIBS, Balcão 24, *Internet Banking*, CA Mobile, *Call Center*, e Social Media, tal como apresentado na Figura 3.2:



Figura 3.2 - O Crédito Agrícola em 2015

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2015

Tem atualmente presença internacional entre Europa, continente Africano e continente Americano tal como apresentado na Figura 3.3:

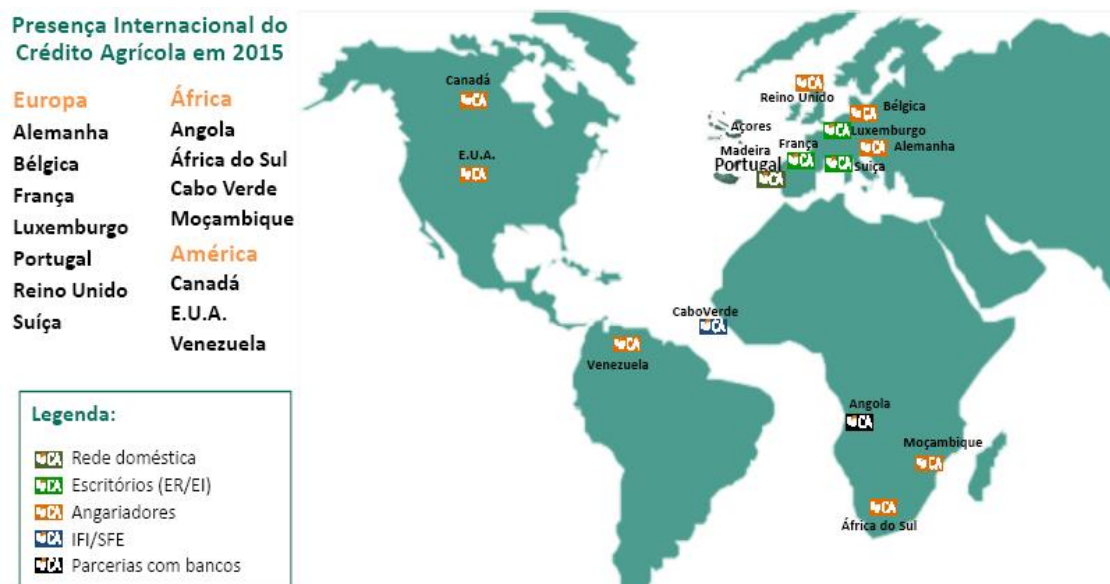


Figura 3.3 - Presença internacional do Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2015

O CA tem ao longo dos anos adotado uma política de enorme capacidade de cumprimento dos níveis de capitalização exigidos pelos normativos legais existentes, tais como o regulamento N.º 575/2013 da União Europeia (UE), que define requisitos prudenciais, no que diz respeito ao estabelecimento de regras de cálculo e determinação de níveis mínimos de fundos próprios das instituições de crédito e das empresas de investimento; a diretiva 2013/36/UE, que estabelece não só os níveis mínimos de fundos próprios, mas também que detenham uma reserva de conservação de fundos próprios, de forma a garantir uma base de capitais próprios suficientes, para fazer face a perdas em períodos de menor crescimento ou mesmo adversos; e o Aviso N.º 6/2013 do BdP, que estabelece um regime transitório de aplicação do regulamento N.º 575/2013 da UE, permitindo que seja implementado de forma gradual os requisitos mínimos de fundos próprios no que diz respeito ao rácio de fundos próprios.

Pode-se visualizar os rácios de capital do CA no Quadro 3.2:

Quadro 3.2 - Rácios de capital

<i>Em milhões de euros</i>	2012	2013	2014	2015	Δ 15/14
<b>Fundos Próprios totais <sup>(a)</sup></b>	<b>992</b>	<b>913</b>	<b>1.048</b>	<b>1.145</b>	<b>9,2%</b>
Core tier 1	1.052	1.012			
Fundos Próprios Principais de Nível 1 (Common equity tier 1)			1.048	1.108	5,7%
Fundos Próprios de Nível 1 (Tier 1)	1.011,0	967,0	1.048	1.108	5,7%
<b>Posição em risco de activos e equivalentes</b>	<b>15.825</b>	<b>13.505</b>	<b>15.301</b>	<b>14.245</b>	<b>-6,9%</b>
<b>Requisitos de fundos próprios</b>	<b>9.088</b>	<b>8.495</b>	<b>7.985</b>	<b>8.469</b>	<b>6,1%</b>
Crédito <sup>(b)</sup>	8.096	7.487	6.919	7.388	6,8%
Operacional	992	1.008	1.066	1.081	1,4%
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE 2015 - GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA</b>					
<i>Em milhões de euros</i>	CRD IV transitional definition (1)	CRD IV fully definition (2)	Δ 2/1		
Capital Common equity tier 1	1.108	984	-11,2%		
Fundos próprios totais	1.145	1.126	-1,7%		
Requisitos de fundos próprios	8.469	8.461	-0,1%		
<b>Rácios de solvabilidade</b>					
Common equity tier 1	13,1%	11,6%	-1,5 p.p.		
Total	13,5%	13,3%	-0,2 p.p.		

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2015

O CA apresentou em 2015 um rácio de requisitos de fundos próprios de 6,1%. Os rácios *common equity tier 1* (CET 1) e solvabilidade total, calculados com a aplicação das disposições transitórias (*phased-in*) e aplicação integral (*fully implemented*) das regras previstas no Regulamento (UE) nº 575/2013, fixaram-se no caso do CET 1 em 13,1% (*phased-in*) e 11,6% (*fully implemented*) e o rácio solvabilidade total 13,5% (*phased-in*) e 13,3% (*fully implemented*).

Pode-se verificar a estrutura do capital próprio do CA na Figura 3.4:

(milhões de euros)

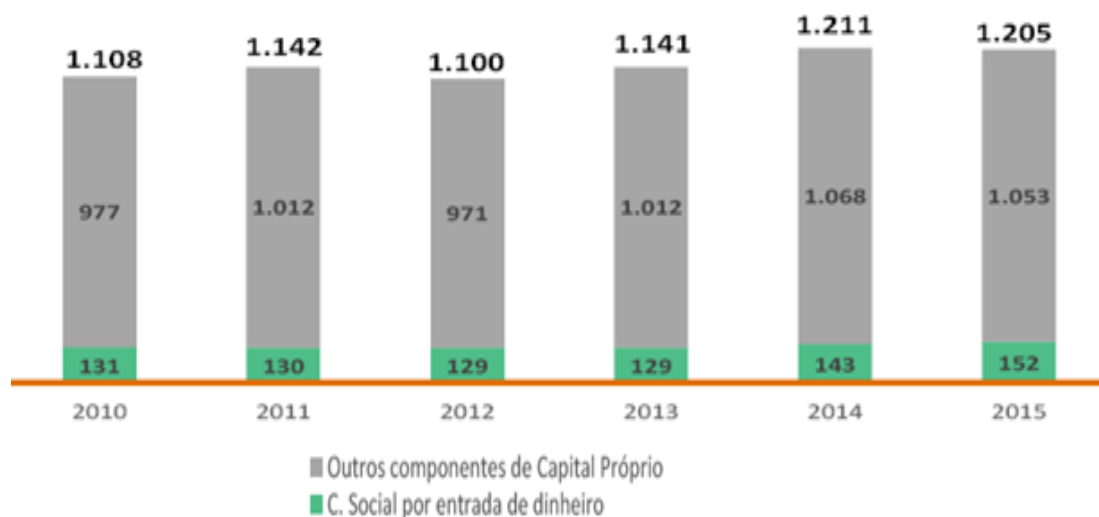


Figura 3.4 - Evolução da estrutura do capital do Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2015

Apresentou em 2010 um valor de capitais próprios de 1.108 milhões de euros, evidenciando algumas oscilações, situando-se em 2015 no montante de 1.205 milhões de euros.

No que diz respeito aos resultados líquidos, o CA apresentou os valores apresentados no Quadro 3.3:

Quadro 3.3 - Resultados líquidos do Crédito Agrícola

(milhões de euros)

CA	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Resultado Líquido	36,3	53,3	41,3	1,5	26,8	54,1

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2010 a 2015

O desempenho da atividade do CA tem demonstrado, no período em análise, constantemente resultados líquidos positivos, o que evidencia uma gestão equilibrada e cautelosa, de forma a garantir o cumprimento das necessidades de capital próprio imposto pelo regulamentado no Basileia III e pela União Bancária, tanto em termos nacionais por intermédio do BdP, como a nível europeu pelo Banco Central Europeu (BCE).

O resultado líquido de 2013 de 1,5 milhões de euros, segundo o relatório e contas consolidado de 2013, é justificado particularmente pela quebra da margem financeira e pelo reforço do provisionamento, quer para cobertura de crédito vencido quer, direta e indiretamente, para cobertura da desvalorização de imóveis.



## **4 CAPÍTULO - A GARANTIA MÚTUA NA MITIGAÇÃO DO RISCO DE CRÉDITO NO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

### **4.1 Dados financeiros**

O estudo incide sobre o período compreendido entre os anos de 2010 a 2015, correspondendo a 6 anos, período selecionado essencialmente por dois motivos:

- i. Foi um período subsequente à crise dos mercados financeiros de 2008;
- ii. Verificou-se um elevado crescimento da garantia mútua em termos nacionais.

Foram recolhidos dados financeiros junto do BdP, recorrendo ao portal BP stat, estatísticas *online*, nomeadamente dados referentes ao setor financeiro nacional.

Foram recolhidos dados financeiros junto do CA e SPGM, por intermédio da consulta dos seus relatórios de contas.

Foram ainda solicitados ao CA, dados financeiros mais específicos, nomeadamente tendo em conta a dimensão da empresa baseada no número de colaboradores, volume de negócios e balanço total, o CAE e a região territorial com base na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) II 2013, designadamente:

- i. Montante de crédito concedido nos anos 2010 a 2015 com garantia mútua;
- ii. Garantias acionadas nesse mesmo período;
- iii. Montante de crédito incobrável.

A ausência de alguns dados, sobretudo referentes ao número de colaboradores das empresas, volume de negócios e balanço total limitou a análise que inicialmente se pretendia fazer, o que não permitiu avaliar características como a dimensão, natureza e setor de atividade das empresas que utilizaram a garantia mútua por via do CA.

### **4.2 Análise de dados**

A análise de dados foi efetuada em três fases;

- i. Análise de dados do setor financeiro nacional;
- ii. Análise de dados da SPGM;
- iii. Análise de dados do CA.

Na primeira fase da análise verifica-se no setor financeiro nacional a evolução do volume de crédito apresentado no Quadro 4.1:

Quadro 4.1 - Montante de crédito concedido pelo setor financeiro nacional

(milhões de euros)

Setor financeiro nacional	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Montante de crédito concedido	266.910	259.274	243.471	229.958	219.175	211.909

Fonte: Banco de Portugal, <https://www.bportugal.pt/EstatisticasWeb>

Conforme se pode observar o crédito concedido em 2010 atingiu os 266.910 milhões de euros, vindo sistematicamente a diminuir fixando-se em 2015 nos 211.909 milhões de euros.

Pode-se visualizar a sua evolução relativa na Figura 4.1:

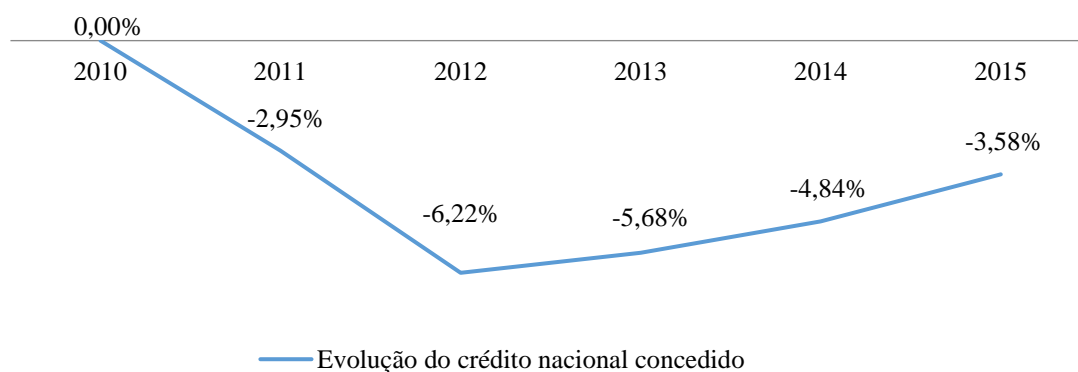


Figura 4.1- Evolução do crédito nacional concedido

Fonte: Elaboração própria

Esta evolução traduziu-se numa diminuição que oscilou entre -2,95% e -6,22% em 2011 e 2012 respetivamente, porém este decréscimo manifestou-se gradualmente mais reduzido após esses anos.

Relativamente à distribuição do crédito por tipo de cliente, designadamente cliente particular e cliente empresa, observou-se a distribuição apresentada na Figura 4.2:

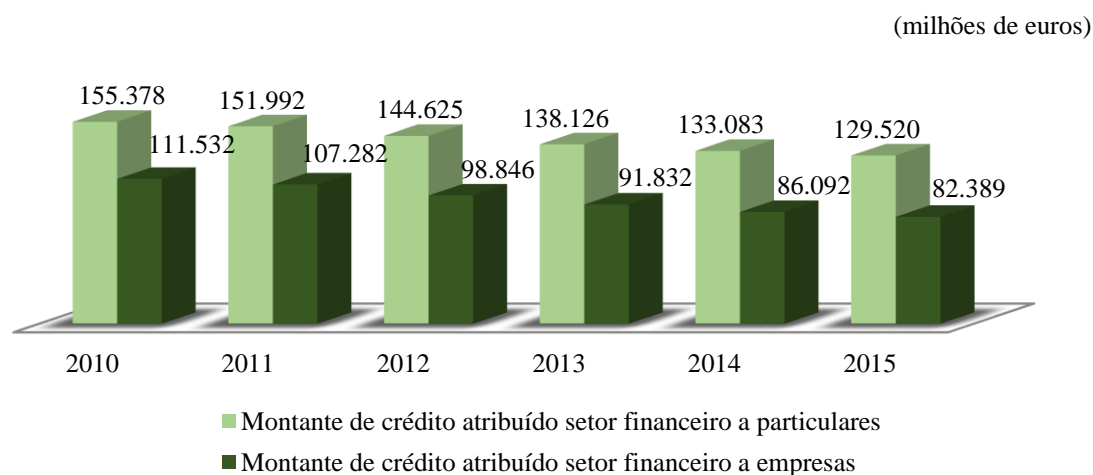


Figura 4.2- Montante de crédito atribuído pelo setor financeiro por tipo cliente

Fonte: Elaboração própria

É possível verificar que, de forma constante, ocorreu a atribuição de mais crédito a clientes particulares do que a clientes empresa, mantendo a tendência de diminuição em ambos os segmentos.

Do total do crédito concedido, observou-se que uma parte deste, relacionado com o crédito vencido, apresentou em termos absolutos a evolução identificada no Quadro 4.2:

Quadro 4.2 - Montante de crédito vencido do setor financeiro nacional

(milhões de euros)

Setor financeiro nacional	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Montante de crédito vencido	10.543	13.742	17.652	20.581	21.918	21.721

Fonte: Banco de Portugal, <https://www.bportugal.pt/EstatisticasWeb>

Desta evolução conclui-se que em 2010 o volume de crédito vencido apresentava o valor de 10.543 milhões de euros, o qual aumentou consecutivamente até 2014 atingindo o valor de 21.918 milhões de euros, com ligeira redução em 2015 fixando-se em 21.721 milhões de euros, mais do dobro do valor identificado em 2010.

Na Figura 4.3 pode-se observar a evolução do rácio de crédito vencido do setor financeiro nacional:

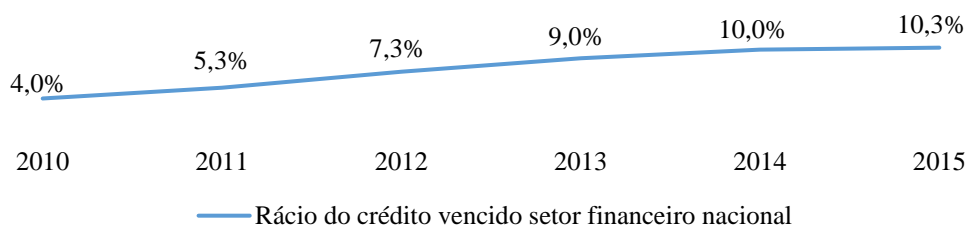


Figura 4.3- Rácio de crédito vencido setor financeiro nacional

Fonte: Elaboração própria

Verificou-se que o rácio de crédito vencido de 4% em 2010, aumentou sucessivamente até atingir os 10,30% em 2015, ou seja, mais que duplicou, influenciado pelo aumento do crédito vencido mas também pela diminuição do volume de crédito total.

Analisou-se o rácio de solvabilidade<sup>4</sup> agregado do setor financeiro português, o qual decorre da necessidade de cumprimento de indicadores prudenciais definidos na legislação nacional por orientação do BdP, e que se encontra alinhado com as recomendações europeias, nomeadamente no que diz respeito ao reforço da qualidade dos fundos próprios dos bancos.

A evolução do rácio de solvabilidade é visível na Figura 4.4:

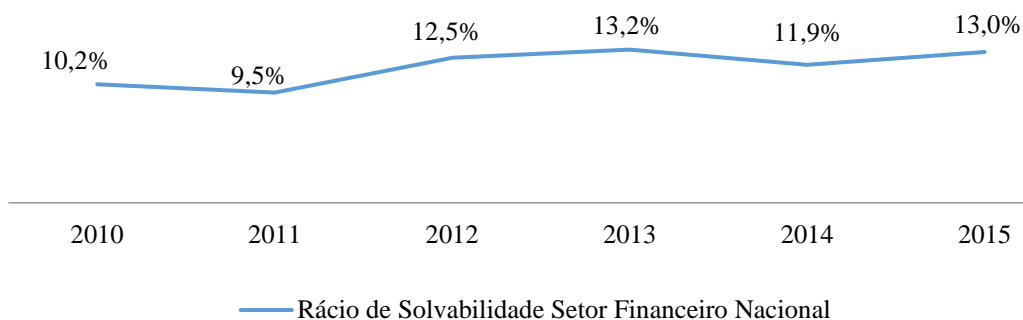


Figura 4.4- Rácio de solvabilidade do setor financeiro nacional

Fonte: *Overview* do sistema bancário português (Novembro 2016), Associação Portuguesa de Bancos

Constatou-se que o setor financeiro nacional apresentou sempre um rácio de solvabilidade superior ao mínimo de 8% exigido no âmbito do Basileia II, tendo sido

---

<sup>4</sup> O rácio de solvabilidade resulta do quociente entre o total de fundos próprios e os ativos totais.

alterada a análise desta componente com a entrada em vigor do regulamento da União Europeia n.º 575/2013 (CRR – *Capital Requirements Regulation*).

No que diz respeito aos rácios *core tier 1*<sup>5</sup> e CET 1<sup>6</sup>, verificou-se os valores apresentados na Figura 4.5:

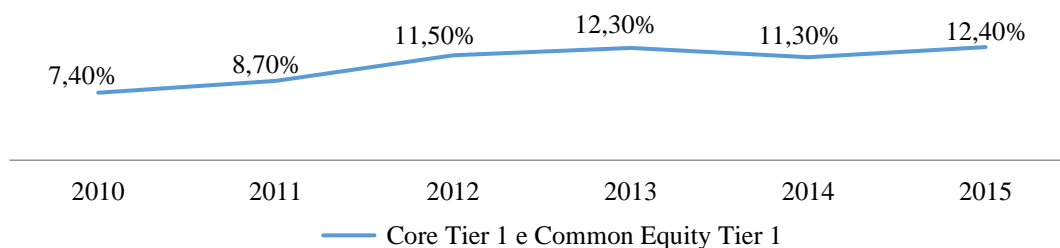


Figura 4.5– Rácios *core tier 1* e *common equity tier 1* do setor financeiro nacional

Fonte: *Overview* do sistema bancário português (Novembro 2016), Associação Portuguesa de Bancos

De realçar que o BdP exigia que o setor financeiro nacional cumprisse até 2013 o mínimo de 10% de rácio *core tier 1*, após 2014 passou a ser obrigatório a aplicação das regras da Diretiva 2013/36/UE (CRD IV – *Capital Requirements Directive*) e pelo regulamento da União Europeia n.º 575/2013, dando origem ao CET 1 calculado de acordo com o regime transitório CRD IV / CRR, com valores mínimos exigidos de 7%. Desta forma conclui-se que em termos regulatórios passou a existir uma maior necessidade de alocação de capital, por parte dos bancos, por cada unidade de ativo em balanço e complementarmente passou a ser exigido aos bancos que o tipo de capital alocado aos seus ativos fosse aquele que apresenta um menor grau de senioridade e por norma aquele que mais custos apresentam.

<sup>5</sup> O rácio *core tier 1* resulta do quociente entre os fundos próprios e os ativos ponderados pelo risco.

<sup>6</sup> O rácio CET 1 é calculado à semelhança do rácio *core tier 1*, porém incluindo as alterações introduzidas pelo regime transitório de adequação de fundos próprios do CRD IV / CRR.

No que diz respeito ao rácio de ativos ponderados pelo risco (RWA) sobre os ativos totais dos bancos, podemos observar a Figura 4.6:

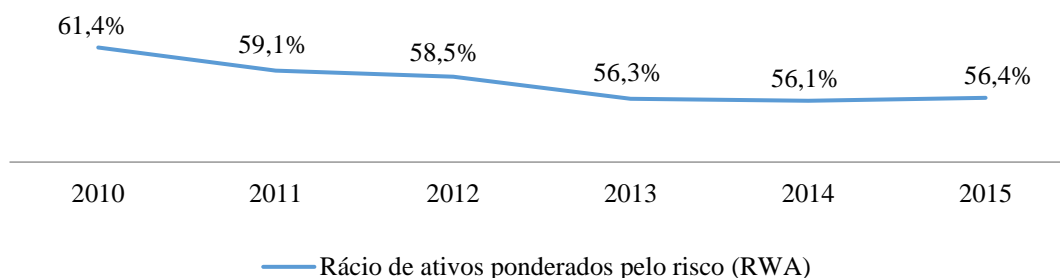


Figura 4.6– Rácio de ativos ponderados pelo risco (RWA) setor financeiro nacional

Fonte: *Overview* do sistema bancário português (Novembro 2016), Associação Portuguesa de Bancos

De notar que o RWA reduziu, passando de 61,4% em 2010 para 56,1% em 2014, com uma ligeira subida para 56,4% em 2015. Esta subida deve-se essencialmente às alterações de cálculo do RWA introduzidas pelo CRD IV/CRR.

Este comportamento do RWA indicia que diminuiu o risco médio dos ativos no setor financeiro, eventualmente por consequência da necessidade da parte dos bancos de melhorarem o seu ativo em função da maior necessidade de alocação de capital.

Passando para a segunda fase da análise, perante os dados obtidos na SPGM, pode-se observar que as SGM emitiram no universo nacional, os valores de garantias mútuas apresentados na Figura 4.7:

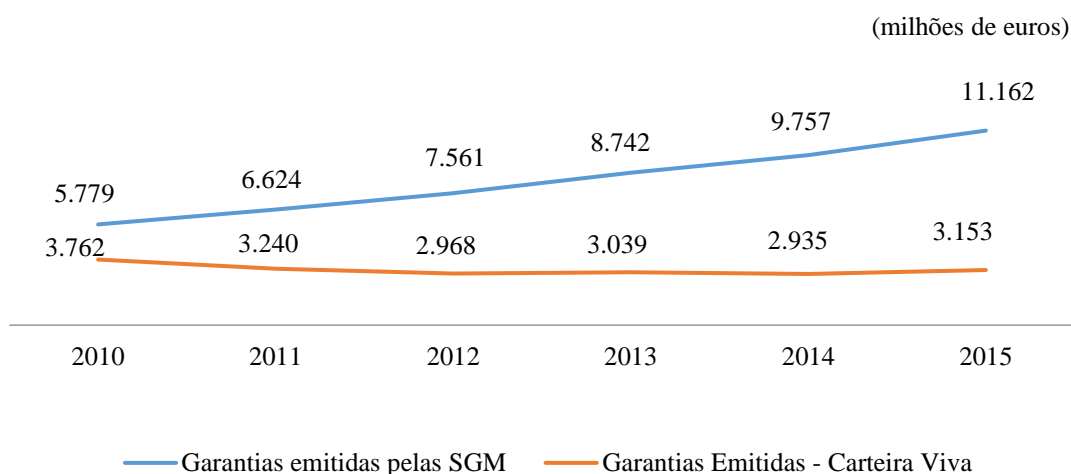


Figura 4.7- Garantias emitidas pelas Sociedades de Garantia Mútua

Fonte: SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2010 a 2015

As SGM detinham em 2010 o montante de 5.779 milhões de garantias emitidas, tendo a sua atividade mantido uma tendência de crescimento até atingir em 2015 o valor de 11.162 milhões de euros, ou seja, quase que duplicava o valor acumulado de garantias emitidas.

No que respeita à carteira viva de garantias emitidas, as SGM mantêm uma trajetória regular, tendo emitido em 2010 o valor de 3.763 milhões de euros, com algumas oscilações nos anos seguintes, justificados segundo a SPGM como consequência do efeito da diminuição da taxa de sinistralidade verificada nesses anos, emitindo em 2015 o valor de 3.153 milhões de euros.

Perante o valor acumulado de garantias emitidas pelas SGM, o FCGM emitiu contragarantias nos montantes que se podem observar na Figura 4.8:

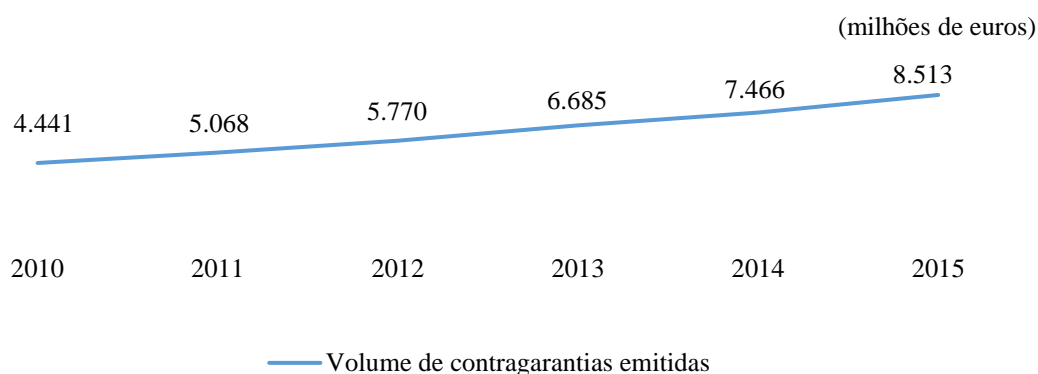


Figura 4.8- Contragarantias emitidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo

Fonte: SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2010 a 2015

Originando um rácio de cobertura pelo FCGM que assumiu os valores da Figura 4.9:

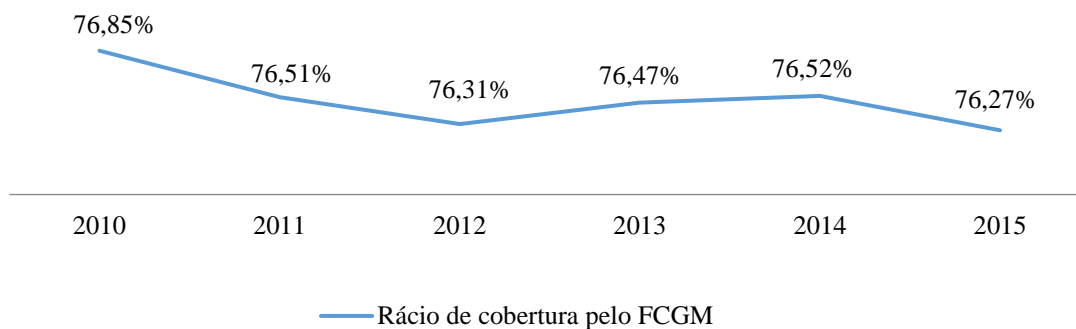


Figura 4.9- Rácio de cobertura do Fundo de Contragarantia Mútuo

Fonte: Elaboração própria

O nível de cobertura das garantias emitidas pelas SGM por parte do FCGM, apresenta um comportamento regular, situando-se na ordem de 76% do valor da garantia.

Em termos de distribuição das garantias emitidas pelas SGM, entre o setor financeiro nacional e o CA foi possível observar os valores da Figura 4.10:

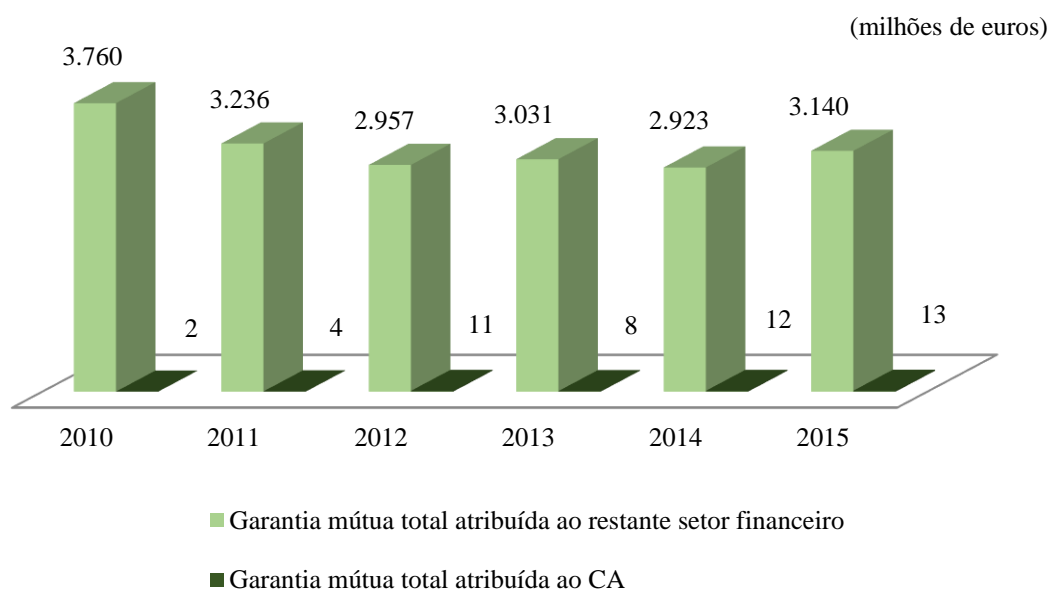


Figura 4.10- Distribuição das garantias emitidas pelas Sociedades de Garantia Mútua

Fonte: Elaboração própria

Constatou-se que dos 3.762 milhões de euros de garantias emitidas em 2010, apenas 2 milhões são atribuídos ao CA e os restantes 3.760 milhões de euros atribuídos ao restante setor financeiro. Esta tendência manteve-se até 2015 onde o CA utilizou 13 milhões de garantias face aos 3.140 milhões de euros utilizados pelo restante setor financeiro.

De notar que o CA manteve uma tendência crescente de utilização deste instrumento financeiro, porém de uma forma muito diminuta face ao restante setor.



Na terceira e última fase da análise, verificou-se os dados obtidos no CA. No que diz respeito ao montante de crédito concedido pelo CA, estes podem-se observar no Quadro 4.3:

Quadro 4.3 - Montante de crédito total do Crédito Agrícola

(milhões de euros)

CA	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Montante de crédito concedido total</b>	8.606	8.587	8.365	8.199	8.147	8.430

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2010 a 2015

A atividade bancária do CA evidenciou igualmente uma contração de 2010 a 2014, situando-se em 8.606 milhões de euros e 8.147 milhões de euros respetivamente, com recuperação em 2015 atingindo o valor de 8.430 milhões de euros.

Pode-se visualizar a sua evolução através da Figura 4.11:

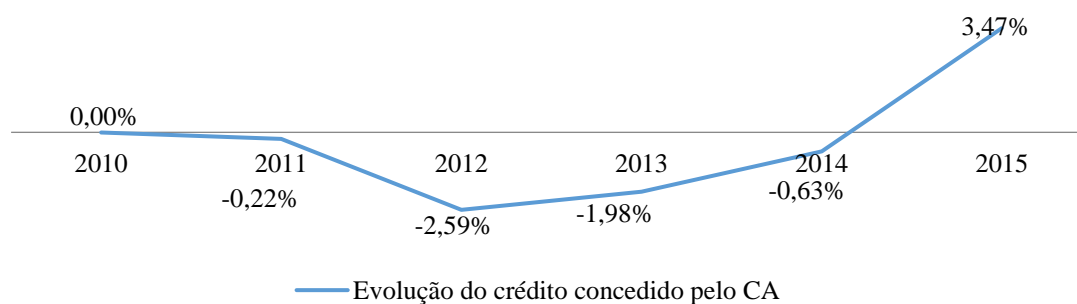


Figura 4.11- Evolução do crédito concedido pelo Crédito Agrícola

Fonte: Elaboração própria

Verificou-se uma oscilação entre os -0,22% e os -2,59%, nos anos de 2011 e 2012 respetivamente, com recuperação nos anos seguintes até atingir em 2015 os 3,47%.

O CA deteve a quota de mercado de crédito apresentada no Quadro 4.4:

Quadro 4.4 - Quota de mercado de crédito do Crédito Agrícola

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Quota de mercado de crédito CA</b>	3,22%	3,31%	3,44%	3,57%	3,72%	3,98%

Fonte: Elaboração própria

Quota de mercado de crédito em crescimento, apresentando em 2010 uma quota de 3,22%, até atingir os 3,98% em 2015.

A distribuição do crédito por tipo de cliente teve o comportamento apresentado na Figura 4.12:

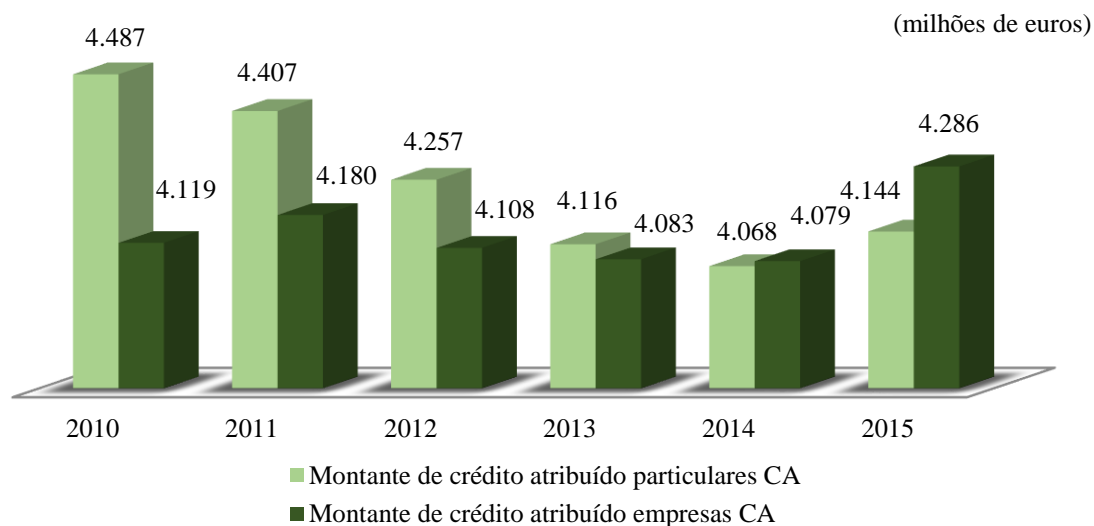


Figura 4.12- Crédito por tipo de cliente atribuído pelo Crédito Agrícola

Fonte: Elaboração própria

Demonstrou uma tendência semelhante ao restante setor financeiro até 2013, com prevalência de mais crédito atribuído a clientes particulares do que a clientes empresa, no entanto após esse ano a situação inverteu-se, passando o cliente empresa a ser o segmento com maior montante de crédito atribuído. De realçar crescimento do crédito em ambos os segmentos.

O CA apresentou os montantes de crédito vencido total que constam na Figura 4.13:

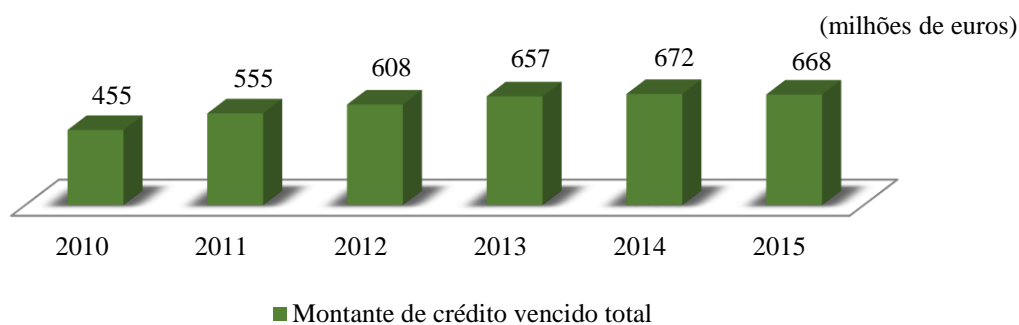


Figura 4.13- Montante de crédito vencido total

Fonte: Dados fornecidos pelo Crédito Agrícola

O crédito vencido total do CA em 2010 foi de 455 milhões de euros, aumentando progressivamente até 2014 onde se cifrou em 672 milhões de euros e diminuiu em 2015 para 668 milhões de euros.

Este crédito vencido corresponde a um rácio de 5,3% em 2010, evoluindo até 8,2% em 2014, com um decréscimo em 2015 de 0,3 pontos percentuais, situando-se nos 7,9%, tal como se pode ver na Figura 4.14:

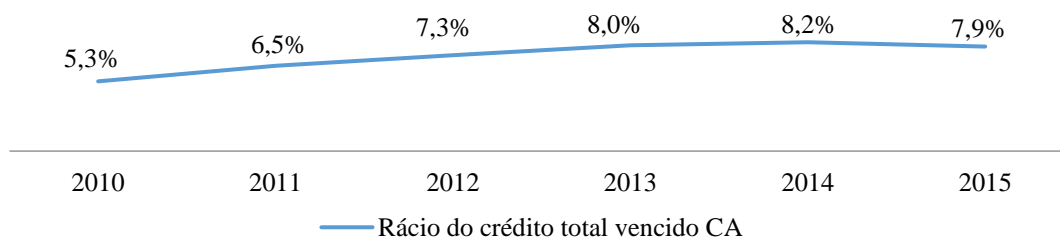


Figura 4.14- Evolução do crédito vencido

Fonte: Dados fornecidos pelo Crédito Agrícola

O rácio de solvabilidade apresentou os valores da Figura 4.15:

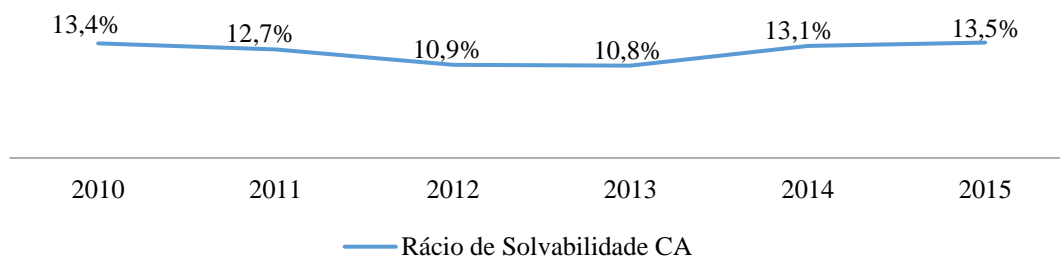


Figura 4.15- Rácio solvabilidade do Crédito Agrícola

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2010 a 2015

À semelhança do setor financeiro nacional, também o CA tem vindo a cumprir com o valor mínimo exigido pelos regulamentos europeus.

Os rácios *core tier 1* e CET 1, tem apresentado os valores da Figura 4.16:

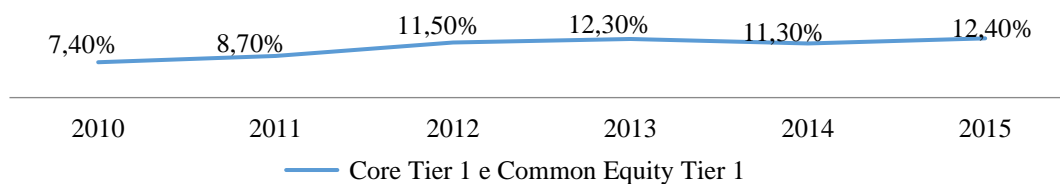


Figura 4.16- Rácios *core tier 1* e *common equity tier 1* do Crédito Agrícola.

Fonte: Crédito Agrícola, Relatório e Contas – Consolidado 2010 a 2015

O CA apresentou um desempenho nestes rácios com valores acima dos mínimos exigidos pelos regulamentos europeus, inclusive na maioria das vezes acima da média nacional.

No que diz respeito ao rácio de ativos ponderados pelo risco (RWA) sobre os ativos totais do CA, pode-se observar a Figura 4.17:

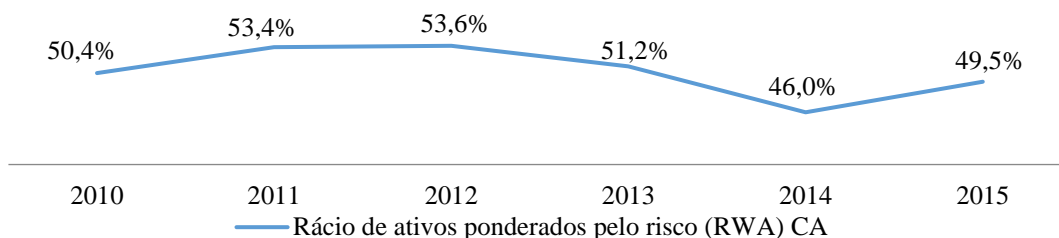


Figura 4.17– Rácio de ativos ponderados pelo risco (RWA) do Crédito Agrícola

Fonte: Elaboração própria

De notar que o RWA sofreu um aumento de 2010 a 2012, passando de 50,4% para 53,6%, reduziu até 2014 atingindo os 46%, com uma ligeira subida para 49,5% em 2015, justificada pelas alterações de cálculo do RWA introduzidas pelo CRD IV/CRR. Os valores apresentados poderão sofrer ajustamentos, dado terem sido calculados com base no quociente entre o valor dos requisitos de fundos próprios do crédito e o ativo líquido total, presentes nos relatórios de contas consolidados do CA, sem levar em consideração todos os pressupostos introduzidos pelo CRD IV/CRR.

Comparativamente ao panorama nacional, o CA apresenta o RWA sistematicamente inferior, evidenciando uma necessidade inferior de afetação fundos próprios face aos ativos ponderados pelo risco.

O crédito atribuído pelo CA com recurso à garantia mútua apresentou os valores do Quadro 4.5:

Quadro 4.5 - Crédito associado à garantia mútua atribuído pelo Crédito Agrícola

(milhões de euros)

CA	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Montante de crédito atribuído com garantia mútua	3,09	7,71	22,88	11,64	17,93	21,71

Fonte: Adaptado de dados fornecidos pelo Crédito Agrícola

Foi atribuído em 2010 o valor de 3,09 milhões de euros, atingindo em 2012 os 22,88 milhões de euros. Reduziu em 2013 para os 11,64 milhões de euros e voltou a crescer em 2014 e 2015 nos montantes de 17,93 e 21,71 milhões de euros respetivamente.

Associados a estes montantes de crédito concedido pelo CA, encontram-se os seguintes valores de garantia mútua no Quadro 4.6:

Quadro 4.6 - Montante de garantia mútua utilizada pelo Crédito Agrícola

(milhões de euros)

CA	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Montante de garantia mútua	2,01	4,29	10,94	7,85	11,60	13,13

Fonte: Adaptado de dados fornecidos pelo Crédito Agrícola

Perante estes dados, o rácio de cobertura do crédito atribuído pelo CA apresenta os valores constantes da Figura 4.18:

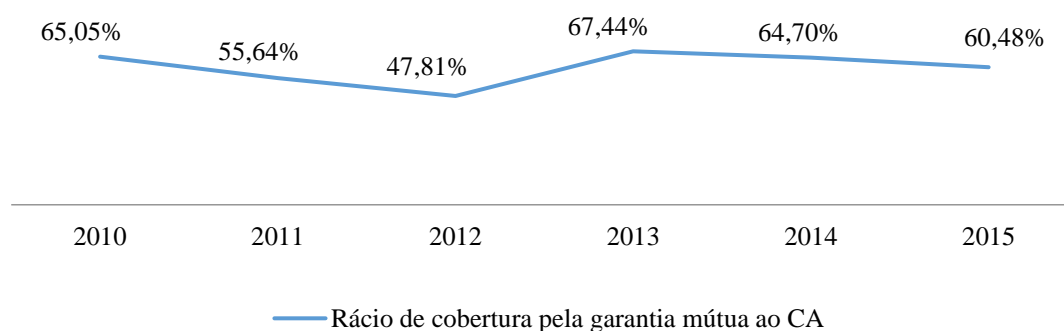


Figura 4.18- Rácio de cobertura de garantia mútua no Crédito Agrícola.

Fonte: Elaboração própria

Em termos de rácio de cobertura pela garantia mútua ao CA oscilou entre os valores 47,81% e os 67,44%, podendo dizer-se que o CA teve um rácio de cobertura de valor maioritariamente acima dos 50%.

As atividades empresariais que mais beneficiaram da garantia mútua no CA foram as constantes da Figura 4.19:

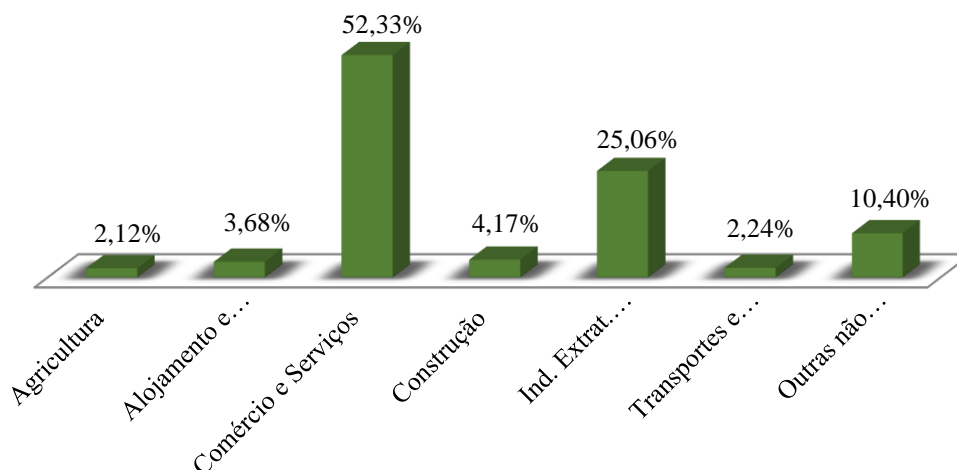


Figura 4.19 - Crédito concedido com garantia mútua por atividade.

Fonte: Elaboração própria

O Comércio e Serviços foram as atividades que mais beneficiaram da garantia mútua no CA com 52,33%, seguindo-se a Indústria Extrativa e Transformadora com 25,06%. Abaixo dos 5% verifica-se o conjunto das atividades de Agricultura, Alojamento e Restauração, Construção e Transportes e Armazenagem. Constata-se a existência de 10,40% em outras atividades não caracterizadas.

Em termos de distribuição geográfica do crédito concedido com recurso à garantia mútua, pode-se visualizar na Figura 4.20:

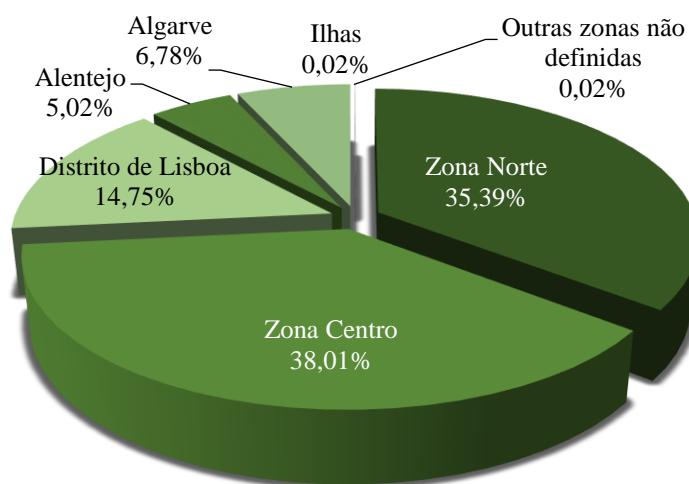


Figura 4.20- Distribuição geográfica do crédito com garantia mútua

Fonte: Elaboração própria

Constata-se por parte do CA a existência de maior concessão de crédito associado à garantia mútua na zona centro com 38,01%, seguida da zona norte com 35,39%, distrito de Lisboa com 14,75%, restando as zonas do Alentejo, Algarve, Ilhas e outras zonas não definidas com 11,84% conjuntamente.

Estas zonas foram definidas com base na NUTS II 2013, com adaptação ao considerar distritos completos em cada zona, figurando na zona norte os distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança, a zona centro os distritos de Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra, Castelo Branco e Leiria, a zona do distrito de Lisboa, a zona do Alentejo com os distritos de Setúbal, Santarém, Portalegre, Évora e Beja, a zona do Algarve com o distrito de Faro, e as ilhas nomeadamente os arquipélagos da Madeira e Açores.

Ao estabelecer a comparação entre o crédito concedido com recurso à garantia mútua e o crédito vencido, verifica-se o comportamento do Quadro 4.7:

Quadro 4.7 - Crédito concedido com garantia mútua / Crédito vencido

(milhões de euros)

CA	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Crédito concedido com garantia mútua</b>	3,09	7,71	22,87	11,63	17,93	21,71
<b>Crédito vencido</b>	0,037	0,014	0,021	0,113	0,019	0,000
<b>Rácio crédito vencido</b>	1,2%	0,2%	0,1%	1,0%	0,1%	0,0%

Fonte: Adaptado de dados fornecidos pelo Crédito Agrícola

O rácio de crédito vencido é muito baixo quando está relacionado com crédito associado à garantia mútua.

Quando comparado o rácio de crédito total vencido com o rácio de crédito vencido associado à garantia mútua verifica-se o comportamento da Figura 4.21:

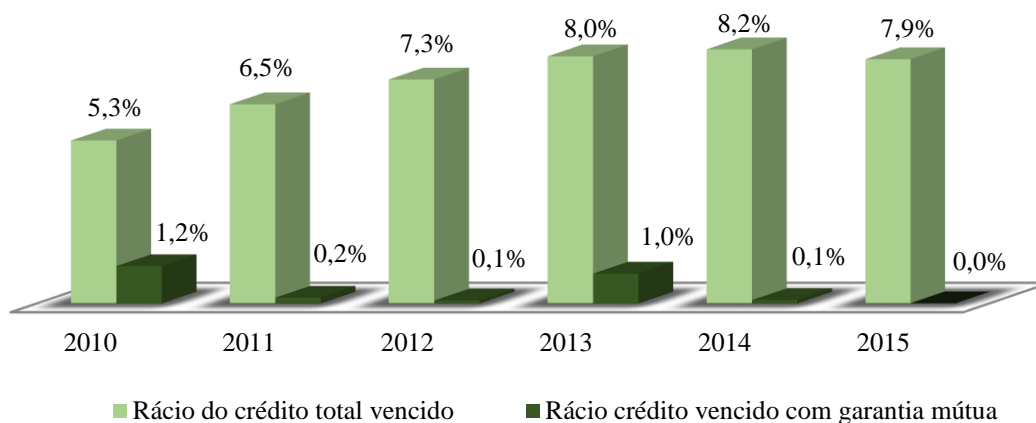


Figura 4.21- Rácio crédito vencido total / Rácio crédito vencido com garantia mútua

Fonte: Elaboração própria

Permite constatar que o rácio de crédito vencido com a utilização de garantia mútua é significativamente muito mais baixo, relativamente ao rácio de crédito vencido total.

### **4.3 Resultados**

Após a análise realizada é possível verificar o seguinte:

- i. O setor financeiro nacional apresentou uma contração no crédito concedido no período analisado;
- ii. O setor financeiro nacional atribui maior volume de crédito ao cliente particular do que ao cliente empresa. O CA mantém a mesma tendência porém, nos anos 2014 e 2015, verificou-se maior volume de crédito atribuído ao cliente empresa do que ao cliente particular;
- iii. O crédito vencido nacional aumentou substancialmente no período de 2010 a 2014, com ligeira redução em 2015;
- iv. No período analisado ocorreu por parte do setor financeiro nacional o cumprimento dos indicadores prudenciais definidos pelo BdP e alinhados com as recomendações europeias. No caso da tendência decrescente do RWA, permite concluir que diminuiu o risco médio dos ativos do setor, eventualmente por necessidade de melhorar o seu ativo em função de maior alocação de fundos próprios;



- v. As SGM apresentaram no período analisado uma consistente emissão de garantias, mantendo uma regularidade constante em contraciclo com o decréscimo do crédito nacional;
- vi. O CA à semelhança do panorama nacional também reduziu a concessão de crédito, embora com recuperação em 2015;
- vii. O CA tem aumentado a sua quota de mercado de crédito;
- viii. À semelhança do quadro nacional, também o CA viu o crédito vencido aumentar no período analisado;
- ix. No que respeita aos rácios solvabilidade, *core tier 1* e CET 1, o CA tem apresentado valores acima dos mínimos regulamentares exigidos, apresentando inclusive nos dois últimos anos analisados, um desempenho acima da média nacional do setor financeiro. O CA apresenta valores de RWA inferiores à média nacional, que consequentemente permite uma menor necessidade de alocação de fundos próprios;
- x. A utilização da garantia mútua por parte do CA tem aumentado, embora ainda utilize este instrumento financeiro de forma muito reduzida, podendo ser explicada pelo facto de apresentar um rácio *core tier 1* superior à média nacional, pelo que não sente necessidade de melhorar o RWA através da utilização da garantia mútua;
- xi. O CA tem concedido mais crédito com garantia mútua associada na zona centro e na zona norte. As atividades que mais têm beneficiado com a garantia mútua têm sido o Comércio e Serviços, seguido da Indústria Extrativa e Transformadora.

## **CONCLUSÃO**

Questões a responder:

- i. Como é que a garantia mútua pode, na gestão de risco de uma entidade bancária, contribuir para a mitigação do risco de crédito, em particular no CA?
- ii. Em que medida ocorre impacto financeiro com a utilização da garantia mútua no CA?

No que diz respeito à primeira questão, pode-se concluir que a utilização deste instrumento financeiro, permite às entidades bancárias, por via da função da gestão de risco, mitigar um dos riscos considerados mais relevantes da atividade bancária: o risco de crédito.

A garantia mútua, dado o seu carácter de partilha de risco, permite igualmente à entidade financeira diminuir o risco de crédito uma vez que em caso de incumprimento por parte da entidade devedora, a SGM assegurará o pagamento do valor em dívida à entidade financeira na estrita proporção da garantia assumida.

A entidade financiadora vê igualmente o risco de crédito ser mitigado de forma indireta, uma vez que, com a garantia mútua, o risco de degradação da garantia é quase nulo, dado que as SGM contam com o FCGM, permitindo assim assegurar a solvabilidade e sustentabilidade de todo o sistema de garantia mútua.

Relativamente à segunda questão, o impacto financeiro da garantia mútua ocorre em dois momentos da atividade do setor financeiro:

- i. No momento da concessão de crédito;
- ii. No ciclo de vida do crédito.

No momento da concessão de crédito a introdução da garantia mútua permite melhorar a qualidade do crédito, e consequentemente diminuir a necessidade de afetação de fundos próprios por parte das Instituições de Crédito. A análise da evolução dos indicadores prudenciais da solvabilidade, *core tier 1*, CET 1 e RWA e a própria evolução da carteira viva das garantias emitidas no período compreendido entre 2010 e 2015 indiciam que a garantia mútua foi utilizada como instrumento de melhoria dos rácios prudenciais

No decorrer da vida do crédito em função da sua utilização em caso de incumprimento a garantia mútua permite à entidade bancária reduzir o registo imparidades associadas ao crédito e assim contribuir para melhores resultados financeiros.

No caso concreto do CA, a utilização da garantia mútua é ainda muito reduzida, no entanto tem evoluído em constante crescimento. O facto de o CA evidenciar maior aposta no segmento empresarial também poderá contribuir para essa tendência de crescimento.

O presente estudo, para além de tentar responder às duas questões elencadas, permitiu explorar as variáveis que influenciam a utilização da garantia mútua e suscitar novas questões a serem analisadas em trabalhos futuros do autor ou por outros investigadores:

- i. Qual a razão da evolução das SGM se encontrar em contraciclo com a evolução do crédito?
- ii. Qual a razão para o CA não acompanhar a tendência do setor financeiro nacional na utilização da garantia mútua?

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AECM – *European Association of Guarantee Institutions. Mission*. Acedido a 27 de setembro de 2016, disponível em: <http://aecm.eu/about/mission/>;

Alcarva, P. (2011). *A Banca e as PME*. Vida Económica. ISBN: 978-972-788-429-2;

Amaral, M. (2015). *Tipos de Riscos na Atividade Bancária*. Revisores e Auditores;

Associação Portuguesa de Bancos. (Novembro 2016). *Overview do Sistema Bancário Português*. Acedido a 10 de abril de 2017, disponível em: [http://www.apb.pt/content/files/Novembro\\_-\\_Overview\\_do\\_Sistema\\_Bancario\\_Portugus\\_PT\\_2.pdf](http://www.apb.pt/content/files/Novembro_-_Overview_do_Sistema_Bancario_Portugus_PT_2.pdf);

Assalve, D.(2011). *Entenda a Crise Económica Mundial*. iG. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em: <http://economia.ig.com.br/criseeconomica/entenda-a-crise-economica-mundial/n1597248705930.html>;

Banco de Portugal. Aviso n.º 6/2013. Acedido a 8 de fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/6-2013a.pdf>;

Banco de Portugal. Aviso n.º 5/2008. Acedido a 8 de fevereiro de 2017, disponível em: <https://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2008a.pdf>;

Banco de Portugal. *BP stat Estatísticas online*. Acedido a 27 de março de 2017, disponível em [https://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/\(S\(aq0dj3aj4mqdayu0m1wc0oi5\)\)/Default.aspx](https://www.bportugal.pt/EstatisticasWEB/(S(aq0dj3aj4mqdayu0m1wc0oi5))/Default.aspx);

Banco de Portugal. Relatório de Estabilidade Financeira 2008. Acedido a 29 de setembro de fevereiro de 2016, disponível em: [http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR200802\\_p.pdf](http://www.bportugal.pt/pt-PT/BdP%20Publicaes%20de%20Investigao/AR200802_p.pdf);

Banco de Portugal. (2007). MAR - Modelo de Avaliação de Riscos. Departamento de Supervisão Bancária. Acedido a 26 de setembro de 2016, disponível em: [https://www.bportugal.pt/ptPT/OBancoeoEurosistema/ConsultasPublicas/Paginas/ConsultaPublica\\_BP\\_2\\_07.aspx](https://www.bportugal.pt/ptPT/OBancoeoEurosistema/ConsultasPublicas/Paginas/ConsultaPublica_BP_2_07.aspx);

Bogdan, R. & Bilken, S. (1994). Investigação qualitativa em educação. Porto: Porto Editora;

Branco, M. (2009). Mutualismo tem raízes com 700 anos. Notícias do Mutualismo, União das Mutualidades Portuguesas. Boletim 07 / Set 2009, 2ª Série, 10-11;

CESGAR – *Confederación Española de Sociedades de Garantía Recíproca*. Acedido a 29 de março de 2017, disponível em: <http://www.cesgar.es/cesgar-info/>;

Código Civil. 71ª Versão. (Lei n.º 8/2017, de 03/03);

Crédito Agrícola. Garantias Mútuas. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Empresas/Credito/LinhasCreditoEspeciais/GarantiasMutuas/>;

Crédito Agrícola. História. Acedido a 3 de março de 2017, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/GrupoCA/QuemSomos/Historia/>;

Crédito Agrícola. Organograma CA. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/EstruturadoGrupo/Organograma/>;

Crédito Agrícola. *Ranking* de bancos a atuar em Portugal - Revista “*The Banker*”. Acedido a 29 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/Imprensa/PressReleases/2015/CATop3MaisSolidosPortugal.htm>;

Crédito Agrícola. Relatório e Contas – Consolidado de 2010. Acedido a 29 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/InformacaoFinanceira/RelatorioContasConsolidado/>;

Crédito Agrícola. Relatório e Contas – Consolidado de 2011. Acedido a 29 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/InformacaoFinanceira/RelatorioContasConsolidado/>;

Crédito Agrícola. Relatório e Contas – Consolidado de 2012. Acedido a 29 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/InformacaoFinanceira/RelatorioContasConsolidado/>;

Crédito Agrícola. Relatório e Contas – Consolidado de 2013. Acedido a 29 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/InformacaoFinanceira/RelatorioContasConsolidado/>;

Crédito Agrícola. Relatório e Contas – Consolidado de 2014. Acedido a 29 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/InformacaoFinanceira/RelatorioContasConsolidado/>;

Crédito Agrícola. Relatório e Contas – Consolidado de 2015. Acedido a 29 de setembro de 2016, disponível em:  
<http://www.creditoagricola.pt/CAI/Institucional/InformacaoFinanceira/RelatorioContasConsolidado/>;

Crédito Agrícola. Disciplina de Mercado - Relatório Anual de Divulgação Pública de Informação – Junho de 2016. Acedido a 26 de março de 2017, disponível em:  
<http://www.creditoagricola.pt/NR/rdonlyres/89298B51-2685-40B0-B958-466590928F51/0/Relat%C3%B3rioDeDisciplinadeMercado2015.pdf>;

Decreto – Lei n.º 309-A/2007. D.R. I Série. 173. (07-09-2007);

Decreto – Lei n.º 19/2001. D.R. I Série – A. (30-01-2001);

Decreto – Lei n.º 229/98. D.R. I Série. 167. (22-07-1998);

Decreto – Lei n.º 211/98. D.R. I Série – A. 162. (16-07-1998) 3419-3422;

Decreto – Lei n.º 298/92. D.R. I Série – A. 301. (31-12-1992) 24-51;

Decreto – Lei n.º 182/87. D.R. I Série. 92. (21-04-1987);

Decreto – Lei n.º 231/82. D.R. I Série. (17-06-1982) (1715-1722);

Decreto n.º 5219. Diário do Governo n.º 47/1919. I Série. 1º Suplemento. (08-03-1919);

Despacho Normativo n.º 565/94. D.R. I Série – B. 174. (11-07-1994) 4290-4292;

Direcção – Geral da Política de Justiça. Lei Uniforme sobre Letras e Livranças. Acedido em 20 de outubro de 2016, disponível em [http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/carta-letras-livrancas/downloadFile/file/Carta\\_letras\\_livrancas.pdf?nocache=1183030269.65](http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/carta-letras-livrancas/downloadFile/file/Carta_letras_livrancas.pdf?nocache=1183030269.65);

*European Banking Authority (EBA). Final Report - Guidelines on the application of the definition of default under Article 178 of Regulation (EU) No 575/2013.* Acedido a 14 de janeiro de 2017, disponível em [https://www.eba.europa.eu/documents/10180/1597103/Final+Report+on+Guidelines+on+default+definition+\(EBA-GL-2016-07\).pdf](https://www.eba.europa.eu/documents/10180/1597103/Final+Report+on+Guidelines+on+default+definition+(EBA-GL-2016-07).pdf);

Faria de Oliveira, F. (2014). Os bancos são o coração da economia. Inforbanca 100. Instituto de Formação Bancária. Depósito Legal 15365/87. (2014) 11-15;

Ferreira, A. (2016). O sistema de garantia mútua regista incobráveis de 15 milhões de euros. Acedido a 14 de janeiro de 2017, disponível em: <http://expresso.sapo.pt/economia/2016-06-22-Garantia-Mutua-Taxa-de-sinistralidade-e-de-64>;

Figueiredo, J. (2015). Sistema nacional de garantia mútua como mecanismo de apoio às pequenas e médias empresas. Viseu: Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional da Beira. 9 p. Dissertação de Mestrado em Gestão;

Gaspar, C. (2014). Risco de Crédito - A importância da gestão de carteiras de crédito. Inforbanca 100. Instituto de Formação Bancária. Depósito Legal 15365/87. (2014) 41-43;

Lei n.º 215, Diário do Governo n.º 107/1914. I Série. (30-06-1914) 412-421;



- Meirinhos, M. Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. EDUSER – revista de educação. Vol 2(2). Instituto Politécnico de Bragança. Escola Superior de Educação. ISSN 1645-4774;
- Parlamento Europeu e do Conselho. Diretiva 2013/36/EU. Jornal Oficial da União Europeia. Acedido a 20 de outubro de 2016, disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013L 0036&from=EN>;
- Parlamento Europeu e do Conselho. Regulamento n.º 575/2013. Jornal Oficial da União Europeia. Acedido a 20 de outubro de 2016, disponível em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/RegUE 575ano2013.pdf>;
- Peleias, I. R., Silva, A. J. M., Guimarães, I. C., Machado, L. S. & Segreti, J.B. (2007). Demonstrações Contábeis de Bancos Brasileiros: Análise da evidenciação oferecida à luz do gerenciamento de riscos. BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, N.º 22-36, janeiro/abril;
- PIRES, José Maria (2002) - Elucidário de Direito Bancário, As Instituições Bancárias, A Actividade Bancária. Coimbra Editora. ISBN 972-32-1104-1. p. 590-610;
- Pires, José Maria (1998) – Direito Bancário – As Operações Bancárias – 2º Vol. Editora Rei dos Livros. ISBN 972-51-0236-3. p. 415-455;
- Portaria n.º 1354-A/99. D.R. II Série. 303 (31-12-1999) 154-156;
- Roth, J. & Espersen, D. (2004). *Risk Reflections. The Internal Auditor*. ABI/INFORM Global. Outubro. 61, 5. P 75;

Sociedades de Garantia Mútua. A Garantia Mútua na Europa. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em: <http://www.garantiamutua.com/Garantia-europa/>;

Solomon, J. F., Solomon, A. & Norton D. S. (2000). *A Conceptual Framework for Corporate Risk Disclosure Emerging from the Agenda for Corporate Governance Reform - The British Accounting Review*” *The Official Journal of the BAFA*. P 447-478;

SPGM - Sociedade de Investimento, SA. Funcionamento do sistema português de garantia mútua. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2010. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2011. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2012. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2013. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2014. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Relatório e Contas 2015. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

SPGM – Sociedade de Investimento, SA. Sociedades portuguesas de garantia mútua. Acedido a 25 de setembro de 2016, disponível em <http://www.spgm.pt/>;

Yin, R. K. (1993). *Applications of case study research*. Beverly Hills, CA: *Sage Publishing*;

Yin, R. K.(2005). Estudo de Caso. Planejamento e Métodos. Porto Alegre: *Bookman*.